



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA.

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA-TEMA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24-08-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Bom dia a todos.

Damos início aos nossos trabalhos.

Foram convidados para audiência pública o Sr. Bruno Caetano, Secretário Municipal de Educação. Pergunto se está presente o representante da Secretaria de Educação. (Pausa). Já convido para a Mesa também o Deputado Federal, o nosso companheiro ex-Vereador, Abou Anni. Representando o Secretário Bruno Caetano, da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. Fátima Cristina Abrão, Coordenadora de Gestão e Organização Educacional; Sr. Edson Caram, Secretário Municipal de Transporte, representado por José Luiz Nakama; Sr. Roberto Cinatti, Diretor do Departamento de Transporte Público de Tupã - DTP; Ladeildo Santos da Costa, Coordenador de Transporte Escolar Gratuito - TEG.

As inscrições deverão ser feitas junto à Secretaria desta Comissão. Nós vamos dar oportunidade para que todos vocês possam se manifestar. Serão abertas até 20 inscrições e cada inscrito terá até três minutos para fazer uso da palavra.

Para o início da nossa audiência, será combinado o seguinte: primeiro os parlamentares farão aqui as suas considerações iniciais. Em seguida, vamos abrir para que o Governo possa fazer a apresentação. Em seguida, um representante do segmento fará uma apresentação aqui - acredito que será o Formiga, pelas informações que recebi. Depois, os inscritos já farão uso da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Federal Abou Anni.

O SR. ABOU ANNI – Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente, parabenizando-o pela iniciativa desta audiência pública, e dizer que é uma satisfação receber este convite para, mais uma vez, estar aqui olho a olho, frente a frente com a categoria.

Cumprimento as demais autoridades que compõem a mesa e todos os condutores escolares. Lembro a importância de a categoria sempre estar organizada para pleitear os direitos. Sabemos que buscamos e conquistamos os direitos, porque nada vem de graça. Então, esse é o caminho.

Conforme o artigo 139, do Código de Trânsito Brasileiro, quem legisla sobre trânsito

e transporte é a União, mas é também prerrogativa do Município legislar sobre transporte, desde que o Município não extrapole as regras e regulamentos estaduais e federais.

Nós temos leis específicas para o transporte escolar, mas como a nossa lei é de 1986, Lei nº 10.154, eu acho que chegou o momento de revermos essa lei escolar. O escolar de 86 não é o escolar de 2020. Então, este é o momento para discutirmos uma nova legislação para a categoria do transporte escolar, e é esta Casa Legislativa que tem de dar o pontapé inicial.

Então, Presidente, parabéns pela iniciativa e parabéns aos organizadores deste evento aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ok. E só para corroborar com o que V.Exa, disse, essa lei de 1986 está muito ultrapassada. Já se passou muito tempo e essa lei precisa ser adaptada, reformulada. Eu tenho certeza de que vamos fazer todo o esforço possível para que possamos, de uma forma melhor, inclusive com as sugestões que serão acolhidas desta audiência pública, para emendarmos em uma nova legislação ou na própria lei.

Então, o objetivo desta audiência pública é discutirmos os termos da licitação que concedeu o serviço de Transporte Escolar Gratuito – TEG -, na cidade de São Paulo, conforme o Requerimento nº 17, de 2019, de autoria deste Vereador Senival Moura e Vereadores Adilson Amadeu e Toninho Vespoli.

O Vereador Adilson Amadeu mandou um recado que, devido a outros compromissos, não pode estar presente, mas que vai se esforçar para ver se consegue passar aqui.

O Vereador Toninho Vespoli está presente. Então, tem a palavra o Sr. Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI - Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente Senival Moura, que tem batalhado muito pela questão do transporte público na cidade de São Paulo.

Também fico muito contente ao ver muitos companheiros do dia a dia da luta. Muitos que me conhecem, já sabem que estamos dando apoio nas manifestações.

No dia 1º de julho, se não me engano, quando houve a ocupação na Secretaria devido àquela portaria maldita, quer ia ser por sorteio... Ia ser um absurdo aquilo, haveria um desmonte de todo o transporte escolar gratuito na cidade de São Paulo, também estávamos na linha de frente ajudando e dando apoio à ocupação para derrubarmos aquela portaria. Acho que conseguimos ser vitoriosos e isso é muito importante.

Queria aproveitar a presença da representante da Secretaria de Educação para falar que eu tenho visitado algumas DREs e, nessas visitas, estamos dialogando, porque muita criança que tem direito ao transporte escolar não está sendo atendida.

Por exemplo, fui à DRE Pirituba e consegui resolver bastantes casos, e outros ainda não, porque tem a questão da portaria. Na DRE São Mateus, especificamente, estamos tendo muita dificuldade, e não sei o motivo. Nas outras DREs, eu acho que estamos conseguindo resolver muitos casos, mas especificamente na DRE São Mateus, estamos tendo problemas. Só para V.Exa. ter uma ideia, Vereador Senival, tinha uma criança cadeirante, que tem direito, e só começou a ser atendida agora, na segunda-feira passada, porque eu fui pessoalmente na DRE São Mateus. A criança ficou praticamente 8 meses fora da sala de aula! A própria dirigente disse que o caso já era para ter sido resolvido. E, aí, alguns falam: “Ah, mas a mãe deixou de levar a criança para a escola”. Mas a mãe tem de trabalhar, está separada.

Outra questão. Eu tenho dialogado porque eu tenho ido frequentemente com o transportador para fazer o itinerário. Eu vejo a toda a situação. Então, quando eu vou lá conversar com a dirigente é porque eu estou apto, porque eu fui lá e fiz todo o itinerário. E, às vezes, eu percebo que nem o pessoal da DRE sabe o itinerário. Se não sabe, por que não vai ver? Por que não vai ver situação? Então, eu queria pedir isso fraternalmente para que a Secretaria converse um pouco sobre essas questões da DRE.

Outra coisa que temos conversado muito nessas idas e vindas, porque eu converso com as mães. Essa questão de quando a mãe pede a transferência, isso tem de ser discutido

melhor, porque, às vezes, a mãe e o pai não transferem só porque querem. Às vezes, a mãe e o pai se separam e aí tem de pedir a transferência da criança e, aí, a criança já não tem mais direito ao TEG. Tivemos vários casos em que a criança já mora há dois quilômetros da escola, o pai pediu uma transferência porque separou, e a criança vai morar mais longe ainda da escola e perde o direito ao TEG porque pediu transferência. Isso não pode acontecer. Não pode tirar o direito da criança só porque houve a transferência. Isso tem de ser discutido. Inclusive, para mim, isso é uma limitação para tirar o direito da criança.

Então, estávamos discutindo isso com o João Cury. Eu acho que as coisas estavam andando melhor. Agora, mudou o Secretário e vamos ver como é que vai ficar.

Outra questão é do CRM. Se não der uma fechada, um pouco, no CRM, cada vez vai entrando mais gente e vai ficando mais precarizado o serviço. As pessoas vão com uma ilusão de que conseguirão pegar muitas crianças e, aí, quando vão ver, pegam poucas crianças e aí começa a bagunça, porque a pessoa fica no desespero, começa a pegar o particular e vai dando uma confusão, tanto no TEG quanto nos particulares.

Eu tenho conversado com os particulares e tenho conversado com o pessoal do TEG. Todos querem a separação desse negócio. O governo tem de seguir a voz do povo. Não tem conflito. Eu não consigo entender por que não faz, porque não há divergência. Todas as partes querem, então, não entendo qual a dificuldade.

Outra questão e aproveitando que o Abou Anni está aqui, porque eu sei que ele lutou bastante lá, é que ficou mais rigoroso quanto aos clandestinos. Tem de ter fiscalização. Não adianta lá, no Governo Federal fazer e, aqui, os clandestinos começarem a andar a torto e a direito. E não é justo porque há exigência para o transportador cadastrado, que tem de fazer curso e pagar várias taxas, e o outro clandestino está ali fazendo todo o serviço, colocando a vida das crianças em perigo e não tem fiscalização. Cadê a fiscalização para ver isso? a Secretaria de Transporte tem de colocar a fiscalização para funcionar.

E quero falar que o nosso mandato está aberto. Tem o Chicão que está aí para discutir transporte escolar. Quem quiser e tiver problema nas suas DREs ou outros problemas

podem procurar nosso mandato.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ok. Conforme havia combinado, o Governo que vai fazer as exposições iniciais.

Só vou fazer a leitura de um material que chegou de sugestão dos operadores. Foi com base nisso inclusive que falou o Vereador Toninho Vespoli.

“A cada dia que se passa nos sentimos mais sufocados com exigências por parte do Governo e de poucas condições para cumprir. Muitas vezes nos lamentamos nas redes sociais com alguns desabafos por não saber onde e nem a quem recorrer. Para quem quer algo diferente, é necessário agir diferente. Com muito trabalho conseguimos uma audiência pública na Câmara Municipal aonde teremos oportunidade de apresentar no plenário todas as demandas da nossa categoria. Entre elas será discutida com o Governo: fechamento do CRM, livre parada, reforma da lei que rege o nosso segmento, novo modelo de contrato do TEG onde o principal objeto é separar TEG do particular acabando com concorrência desleal entre as partes. A semente foi plantada. Contamos com a sua presença.”

Aqui já é o convite estendendo para que todos viessem participar desta audiência pública. Essa é a sugestão que vocês apresentaram. Já fizemos a leitura e, agora, é hora do governo poder apontar os problemas, o que está pensando, o que está planejado, o que pretende fazer do futuro, se vai haver licitação, se vai acatar essa sugestão de vocês. Eu acredito que se tem acordo entre as partes...

Agora, Vereador Toninho Vespoli, conforme o seu pronunciamento, eu preciso perguntar se há transportadores particulares representantes nesta audiência pública? Há? Terão a oportunidade de se manifestar por que tem o TEG e o particular, é isso? Ok. Queremos ouvir isso.

Tem a palavra a Sra. Fátima Abrão, Coordenadora de Gestão e Organização Educacional.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Bom dia a todos. Bom dia a Mesa e a todos

os presentes.

Em nome do Secretário Bruno Caetano, Secretário Municipal de Educação, agradecemos o convite. Eu vim aqui representá-lo. Muitos aqui a gente tem um contato constante na Secretaria, já dialogamos muito sobre essas pautas que vocês colocam aqui.

O programa de transporte é um programa para a gente da Secretaria um dos mais importantes, por que vem garantir o objetivo final da educação que é o acesso e a permanência das crianças na escola. Temos hoje na Secretaria Educação por volta de 1.100 milhão alunos em todas as etapas e o transporte escolar hoje tem atendido 72 mil alunos. Então, apesar de uma parte pequena dentro do nosso universo, mas é um dos programas mais caros dentro da estrutura, caros não no sentido financeiro, mas caro de importância.

Aproveitando a fala do Vereador Toninho Vespoli, reconhecemos que temos problemas também com relação até ao direito da criança. Quando nós chegamos em 2017 na Secretaria, vocês bem sabem disso, não mudamos critério nenhum de atendimento. Os critérios são os mesmos há muito tempo.

- Manifestação do público.
- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vou pedir silêncio. Vamos garantir a fala do orador. Ela está falando representando a Secretaria de Educação. Ao término da fala dela, vocês poderão se manifestar sem problema algum e terão a oportunidade de falar porque senão não tem como realizar o debate. Vocês podem fazer a inscrição para fazer uso da palavra e contestar o que ela está dizendo, o que é natural, faz parte, mas não dá para ela estar falando e vocês estarem se manifestando dessa forma. Ok?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ela está falando conforme o entendimento. Vou pedir isso para vocês e a regra será essa. Está certo? O orador que estiver fazendo uso da palavra, quero garantir a fala dele porque vocês também vão ter o direito. Se não, não podemos fazer o debate. Espero que não seja preciso interromper mais uma vez em função

disso.

Fátima.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – A legislação está aí para poder comprovar o que eu estou falando: que os critérios não foram alterados, são os mesmos desde a criação do transporte.

O que eu entendo que vocês devem estar falando até porque trabalho com transporte há algum tempo, deve ser por conta das barreiras físicas que, sim, as Diretorias são orientadas. Tem uma comissão em cada Diretoria Regional para fazer essa visita *in loco*, pois não seria possível a Secretaria fazer isso, para determinar ou não se aquele local é uma barreira física.

Já chegamos a receber mais de uma vez condutores ou contatos de condutores na Secretaria pedindo reavaliação de uma barreira que porventura a gente tenha entendido que não é, enfim, isso não é um problema, a gente pode rever a qualquer momento, mas essa Comissão da Diretoria, que tem representantes locais como a Diretora da escola e os funcionários da DRE, determina se aquilo é uma barreira física, se aquilo realmente pode colocar em risco a segurança das crianças no trajeto entre casa e escola.

Então, como eu estava falando, os critérios são os mesmos desde sempre. A mudança que fizemos desde o ano passado é que esse direito da criança que era avaliado até 2017 pela própria escola, pela ficha da escola do cadastro do aluno e pelos critérios que a gente tem na legislação, a escola determinava incluir essa criança no programa e isso tornava realmente a inclusão frágil. Hoje, quem nos diz se a criança tem direito ou não ao Programa do Transporte é o próprio sistema de matrícula. Então, isso não é mais subjetivo e não fica mais a cargo da direção da escola. A gente tem as informações da ficha do cadastro do aluno no sistema e temos os critérios de atendimento e em cima disso a criança é inscrita ou não no Programa.

A gente pode ter algum erro nisso? Pode. Podemos estar com o endereço desatualizado, erro no sistema... Isso não é problema. O Vereador Toninho Vespoli às vezes

manda listas para a gente verificar o direito, os próprios condutores às vezes nos mandam listas de nomes para gente verificar e não tem sido problema se a criança tem o direito, não há economia. Se ela tem direito, ela tem que ser transportada.

Agora se ela não está dentro do critério, a gente não pode fazer a inclusão. O que a gente pode fazer é até discutir esses critérios, como sugestão até do que o senhor falou sobre a transferência, para que fique cada vez melhor esse atendimento. Mas dentro dos critérios realmente como eles estão hoje, a análise feita para todos. No caso a transferência, principalmente, como foi falado. Realmente, hoje, quando a mãe pede uma transferência e ela é de caráter preferencial, a criança não tem o direito ao transporte.

Sobre o novo modelo, acho que a Secretaria de Transporte também fala um pouco. O credenciamento termina o ano que vem. É um programa que nós dividimos em organização entre a Educação e a Secretaria de Transportes. Podemos e devemos ouvi-los para um novo modelo que deve ser implantado a partir de 2021.

Acho que é isso a princípio.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Então, essas foram as palavras da Sra. Fátima Abrão, Coordenadora de Gestão e Organização Educacional.

Já quero passar imediatamente para o Sr. José Luiz Nakama, que está representando o Secretário Municipal de Mobilidade e Transporte, que é Edson Caram.

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Primeiramente, bom dia a todos. Realmente acho que conheço pessoalmente um pouco de você, apesar de ter participado aqui do início dessa Lei de 86, que vocês já estão dizendo que está ultrapassada. Na época eu estava no DTP e participei da implantação dessa lei e também da implantação do TEG, ainda no DTP, mas obviamente de lá para cá muita coisa mudou.

Eu estou retornando agora este segmento até para ajudar nesse estudo de renovação que vai ter que ocorrer o ano que vem. Todo mundo já deve estar nessa expectativa.

A intenção é ouvir tudo o que for possível do segmento para que a gente possa

realmente contemplar a maioria dos interesses. Obviamente nem todos os interesses podem ser atendidos, mas nós estamos prontos para ouvir cada um, cada representante aqui para que a gente possa ter o máximo possível de consenso.

Estou agora me familiarizando com os critérios novos porque de 2000, quando foi implantado o TEG, houve várias mudanças que eu acabei não acompanhando, mas a gente já está combinando talvez em criar uma comissão intersecretarial já está estudando e discutindo com a categoria.

Queria fazer uma observação. Essa mudança que houve agora na lei lá pelo Contram que aumentou um pouco a gravidade das multas de transporte clandestino que essa que é aplicada no escolar é exclusivamente estadual e rodoviária. Então, essa multa não pode ser aplicada pelo Município, que é uma multa de trânsito que o Município não tem a competência, aquela que é agravada vezes três. Infelizmente, nós não temos essa competência, mas obviamente também vamos verificar uma forma de a fiscalização ser mais rigorosa porque e não se pode admitir transporte clandestino, principalmente em se tratando da segurança de crianças. Essa fiscalização no transporte clandestino é muito importante.

Então, eu queria deixar aqui a saudação do nosso Secretário Edson Caram e dizer que nós vamos estar realmente abertos às reivindicações e as colocações do segmento.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Ladeildo Santos da Costa, Coordenador do Transporte Escolar Gratuito.

O SR. LADEILDO SANTOS DA COSTA – Primeiro lugar quero cumprimentar a todos pela participação nesta audiência pública e agradecer o convite do Vereador Senival Moura.

Iniciei agora assumindo a Coordenação do TEG, sou novo nesse ramo de transporte. Tenho visto a carência dessa classe até pelo que vocês nos trazem de problemática nesse segmento de vocês. Tenho pegado muitas informações com alguns de vocês para tentar ajudar a classe em si. Assumi este ano sabendo que o ano que vem temos que fazer um novo

edital, fazendo algumas alterações do regulamento que é o pedido de muitos de vocês.

Tem muitas lacunas nesse credenciamento que a gente tenta de alguma forma preencher com portarias e outras leis esparsas a ele onde podendo ele mesmo estar resolvendo a situação em que os transportadores se colocam.

Minha experiência é pouca nesse segmento, mas a gente com a colaboração de todos vai tentar melhorar a cada dia o departamento do TEG com a ajuda de vocês. Temos algumas opiniões, como o fechamento do CRM. Já estamos fazendo um PL para que venha tramitar por esta Casa e se aprovado, vai ter umas mudanças de melhorias para a categoria.

O TEG hoje é um cumpridor de ordem. Então, o que vêm da SME para gente, a gente cumpre. Não temos nada que façamos por nós. Seguimos o regulamento e às vezes o próprio regulamento é duro para uns e brando para outros, mas estamos tentando melhorar para ter uma paridade entre departamento de transporte público e vocês condutores.

É somente isso. Agradeço a minha fala. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Falaram até agora os representantes do Governo. Como nós havíamos combinado, então, agora virá apresentação que foi informado será feito pelo Formiga. Após a apresentação iremos ouvir os inscritos.

O SR. FORMIGA - Bom dia a todos e todas. Quero agradecer em primeiro lugar a Deus. Deus dá saúde e essa oportunidade de aqui estar. Quero agradecer ao Presidente Vereador Senival Moura, Presidente da Comissão de Transporte; aos Vereadores Adilson Amadeu e Toninho Vespoli. Temos tido na Comissão de Transporte a oportunidade e espaço além de falar no interesse deles em dar andamento nas demandas do transporte escolar. Quero agradecer as Secretarias e Departamentos que nesta manhã se fazem presente.

Acredito que uma das coisas que todo ano nós passamos um sofrimento terrível, quando chega o final do ano. Aí vem o desespero. Se tem um parente em Salvador, em Minas, seja onde for, ele já fica numa insegurança total, porque pode mudar alguma coisa a qualquer momento. A gente nunca sabe se pode programar alguma coisa, ou não, devido a esta forma de trabalho que não permite que a gente consiga fazer um planejamento, a médio ou a curto

prazo.

Nós temos aqui vários tios que querem trocar as suas vans, que querem melhorar, mas não sabem se ano que vem sairá alguma portaria que vai trazer uma novidade e que simplesmente não vai conseguir cumprir o contrato. Eu não tenho dúvida de que não tenha um tio aqui que não queira melhorar; não tem um tio aqui que não queira por um equipamento melhor, um carro melhor.

Você teria coragem de assumir uma prestação de um carro novo? Não. É difícil, não dá, é muita insegurança. Então, nós queremos sim a separação, mas nós queremos garantia, porque quem quer qualidade tem que pagar a qualidade, não adianta. Estamos perdendo de forma acentuada, desde 2015: E vem cadeirinha, vem uma coisa, vem vistoria, aumenta vistoria. Você vê em outros Estados prendendo carros; você vê vans clandestinas, carro de passeio sendo colocado em cima de prancha. Eu tenho fotos aqui e mostro que isso acontece.

Qual é a dificuldade que São Paulo tem de exercer uma fiscalização? É muito blá blá blá, muita conversa e não tem atitude, não tem eficiência. Quando é para tirar, tira. Por que não fiscaliza? Por que não vai para cima? Estamos apoiando faz tempo e não aguentamos mais.

Separar a TEG do particular significa valor fixo. Qual é a estrutura financeira que nós temos hoje para ter independência? Quanto custa uma van? Será que os senhores sabem que chega perto de R\$ 9.000,00 para atender como que se pede o contrato? É fácil penalizar o cara que foi pego cometendo alguma infração, ainda que leve; e aquele cara que faz a vistoria senta a madeira no cara madura, e tenho foto aqui de carro com placa amarela rodando, trabalhando à vontade, e nada acontece.

Portanto, o que nós queremos é: considerando uma estrutura financeira que faça sentido. Se o carro custa perto de R\$ 9.000,00, não tem proposta de valor fixo menor do que isso, porque nós não vamos conseguir. Queremos separar a TEG de particular? Sim, queremos uma condição para que possamos honrar os nossos compromissos e poder entregar um

serviço de qualidade. O resto é balela.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Anderson Malafaia, Presidente da UGTESP.

O SR. ANDERSON MALAFAIA - Bom dia a todos, Vereadores. Agradeço ao Senival Moura pela oportunidade de trazer nossas demandas, porque no dia a dia a gente bate, de gabinete em gabinete, na porta da SME na porta do DTE agora pedindo mudança para a nossa categoria, porque a gente não aguenta mais.

Nós dissemos e afirmamos: 1986. O senhor acha justo, até hoje, em 2019, continuar com uma lei que diz que se você tem o pneu liso, ou se você tem um vigia queimado, são cinco FMU. É justo isso? Pelo amor de Deus. A gente vê todos os dias surgir novidade para o transporte de táxi, transporte coletivo. Estou frequentando agora constantemente esta Casa e escuto praticamente em todas as audiências falar de transporte coletivo e transporte de táxi. Mas e o transporte escolar? Transporte coletivo, você não pode comprar simplesmente uma van ou um ônibus e pôr para rodar; muito menos o táxi, cujo Alvará é limitado. E por que o CRM do escolar é aberto? Eu não consigo entender isso.

A gente precisa urgentemente de mudança. Eu cansei de falar isso já, nas duas Secretarias, pedi aos Vereadores para que fosse criado um projeto a favor da nossa categoria; porque o ônus a gente já tem demais, e cadê os bônus do escolar? Na época de campanha, a gente escuta “valorosa categoria”. Valorosa, quando? E depois, o que acontece? Mas a gente também não pode ser injusto, porque o Deputado Federal Abou Anni, enquanto esteve nesta Casa, sempre lutou a favor do escolar; mas uma andorinha sozinha não faz verão.

A gente está aqui agora com o Vereador Senival, com o Vereador Toninho Vespoli, que está fazendo uma luta batendo de porta em porta nas DREs para buscar mudança para o escolar. E algumas vezes eu fui questionado pela Secretaria de Educação, ou de Transporte: “Mas Malafaia, essa é a vontade do escolar mesmo?” A resposta está aqui. Eu acho que a minha fala tem que ser a fala de todos que estão aqui presentes.

Quem gostaria do fechamento do CRM levante a mão, por favor. Acho que a resposta está aqui. Quem gostaria que o TEG separasse do particular levanta a mão, por favor. É óbvio que, se separar o TEG do particular tem que garantir uma renda para quem permanece no TEG. Se não tiver o valor garantido por parte da Secretaria, não tem como a gente prestar serviço.

Fui questionado algumas vezes: “Malafaia, mas quando vocês assinaram o contrato, vocês sabiam disso”. E nós tínhamos outra opção senão assinar? Chamaram a gente para perguntar o que era para ser feito, ou não? Em momento algum. Então, lançaram uma portaria em 2018, e num ato de desespero fizemos a ocupação da SME, mas não porque somos vândalos, porque estávamos desesperados. Simples assim.

Infelizmente aconteceu a ocupação e, felizmente, tivemos êxito e a portaria foi revogada. O projeto não era ruim, o modo de escolha é ruim. Eu já falei isso para a Fátima algumas vezes, falei para a Secretaria de Transporte. A portaria de 2018, se você se atentar, ela não é ruim, porque ela atende isso que nós estamos pedindo hoje. Mas o critério de escolha não foi justo, e não será.

Para concluir, a gente espera o novo modelo de contrato para 2021, mas a gente tem 2020 ainda; e não dá para esperar. Todos aqui sabem que foram publicados mais de 300 nomes em *Diário Oficial*, e isso vai virar uma bagunça ano que vem, se não for tomada providência agora. Por isso, eu quero sair daqui com prazos, pra que seja feito um trabalho, uma nova portaria para 2020; para que a gente tenha condição de prestar um serviço durante este ano e negociar, entre categoria e Governo, um novo modelo de contrato para 2021.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Eder de Jesus, Presidente da Associação Extremo Sul.

O SR. EDER DE JESUS - Bom dia a todos. Nesse sábado chuvoso, quero agradecer a todos aqui, a quem fez esta audiência, e aos parlamentares que estão junto com toda a categoria; também os representantes do Governo.

Este é um momento que tem que ser plausível. Mas não podemos esquecer o que está sendo feito em toda uma categoria que vem sendo escaldada, sendo batida pelo Governo há anos. Não somos olhados nem assistidos por nenhum representante do Poder Público. Mas algumas ações foram feitas nos últimos meses, que eu acho que vai dar produção. Eu- acho que é plausível falar sobre o novo Departamento de Transporte Escolar. Procuramos por vários parlamentares para aceitar essa demanda, esse projeto. Fizemos algumas reuniões, em que muitos aqui não estavam, na zona Sul de São Paulo, onde foi apresentado o projeto para o Vereador Milton Leite.

Nesse Departamento de Transporte Escolar, o transportador escolar terá um local identificado para ele, e não vai precisar ir até o bloco D para se misturar com outras categorias, com todo o respeito. Daqui a alguns dias esse departamento estará funcionando para o transporte escolar, separado.

O fechamento do CRM, é algo que queremos há muitos anos; e ficou fechado 12 meses, no governo do PT. Então, precisamos de um estudo mais eficaz, de um fechamento com respeito, não um fechamento de lápis, que amanhã pode ser apagado; como também outras demandas, que serão decididas diretamente do TEG.

Temos que pontuar várias questões do TEG. Eu acho que não é o momento de uma licitação, mas seria o momento de ajustar alguns pontos do credenciamento que aí está. Quando se fala do fechamento do particular para o TEG, ou seja, o cara que atende o TEG não poder atender o particular, temos que pontuar isso, porque tem que haver valorização daquele que presta serviço para o TEG. Será que o governo o Governo vai conseguir ter dinheiro para pagar um carro fechado para nós?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Wesley Florêncio. Antes, eu quero registrar aqui a manifestação de apoio dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson Amadeu, PTB, da douta Comissão de Trânsito e Transporte; George Hato, PMDB; Mario Covas Neto, PODE; Quito Formiga, PSDB; Ricardo Teixeira, DEM; e Xexéu Tripoli, PV.

O SR. WESLEY FLORÊNCIO - Bom dia a todos. Antes de agradecer a Mesa, quero agradecer a cada transportador escolar que saiu do seu lar hoje mais cedo, nessa chuva, para estar aqui fazendo jus a essa categoria tão sofrida, perante o Poder Público.

Temos várias esquecidas pelo Poder Público. Eu tenho, em mãos, um ofício que entregamos na mão do Vereador Milton Leite, que nos acolheu, pedindo a criação do Departamento de Transporte Escolar, que hoje é realidade.

Nós estivermos na quarta-feira no DTP, na abertura do DTE. Então, alguns passos estão sendo dados, só que nós temos ofício das associações também para rever a questão das multas, que não é possível a gente, com o vigia queimado, ou o pneu careca, receber a mesma penalidade. É uma coisa muito ultrapassada.

Em outras categorias, como a modalidade do fretamento, que é nova, nenhuma delas paga o nosso 0800, como se chama na categoria. Se a criança derrubar um chiclete no chão e vem um fiscal, é multa de R\$ 800. Nós já atendemos caso, em 2017, em que lanternas da SPTrans estavam queimadas; e não conseguimos a multa de R\$ 800,00 para eles. Mas se a nossa lanterna estiver queimada, a gente leva multa de R\$ 800,00.

Questão da SME, eu acho legal a fala da Sra. Fátima, quando ela fala que é tudo via sistema agora. A criança já vem direto do sistema, o EOL. Só que acho que se esqueceram de mudar uma pecinha no EOL que joga a criança em linha reta. Ou seja, nós não transportamos, não passamos em cima de casa de pessoas, em uma linha reta.

Hoje para cadastrar a criança no EOL, dá 1.500 metros. Se você vai pelo Google, dá quase 2,5 quilômetros; e isso não é revisto. Então, se está sendo feito direto pelo sistema, que volte um pouquinho atrás e use o Google para calcular esse percurso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. José do Carmo, condutor autônomo DRE Campo Limpo.

O SR. JOSÉ DO CARMO - Bom dia a todos, a Mesa. Quero falar basicamente da demarcação, a Livre Parada, que coincidentemente estou com o folheto na mão. Mas antes eu

quero dar uma pincelada a respeito do escolar. Costumo dizer que o TEG é o enteado, ele não é tratado como filho, acho que a Prefeitura não os olha como filhos. Há uma diferença em relação aos outros. O taxista é tratado de um jeito, o pessoal dos ônibus é tratado de um jeito, e nós somos o patinho feio do trânsito de São Paulo.

Eu trabalho numa escola, desde 2012. Quando eu fui para lá, essa escola tinha 13 carros e não tinha lugar apropriado para as pessoas pararem. E juntava os moradores da rua, as professoras que tinham dificuldade de estacionar nas vagas respectivas dentro do estacionamento da escola, mais os pais de alunos.

Sem contar que, das escolas que conheço posso chutar sem medo de errar, 70% das calçadas de escola é local para se armazenar produtos de material de construção. E aí na hora que a monitora ou nós pegamos na mão da criança para passar, a criança pisa nesse material e escorrega. Aí a criança vai pela rua. O que acontece? Passa motoqueiro, de uma forma muito louca, e eu pergunto quando a Prefeitura vai tomar providência quanto a isso. Tem que fiscalizar, não basta demarcar.

Será que estão esperando acontecer uma tragédia e esses programas sensacionalistas irem até a porta da escola gravar um programa? De que lado a corda vai estourar? Do transporte escolar, gente. A corda arrebenta do lado mais fraco, sempre foi assim. “A monitora que não cuidou direito, o condutor que não cuidou direito” Mas não tem calçada, a calçada está ocupada com material de construção. Aí, diante da dificuldade, não só eu como todos que trabalham na escola, falamos com o diretor a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Conclua, por favor, José do Carmo.

O SR. JOSÉ DO CARMO – Mas já?

P – Eu tenho que ser criterioso com o tempo.

R – Falamos com o diretor a respeito da demarcação. E o que acontece: ele pediu, três anos e meio depois, uma pessoa assumiu a escola, entrou em contato, estava lá o protocolo, e não foi feita a demarcação. Aí, ela insistiu. Marcaram 15 dias, e demorou 30 para ir um engenheiro marcar. Foi uma pessoa e marcou lugar para seis carros. Só que nós

trabalhamos em 11, por causa de um acessível. E aí, outro dia, ano passado, tinha um carro lá parado, eu falei com o cidadão: “Escuta, tem como você liberar o lugar, porque vaio chegar mais pessoas e não tem lugar para parar?”. Ele falou: “Venha me tirar”. Eu não fui, não sou louco. Então é isso. Não basta demarcar.

Eu imploro que a Prefeitura abra um canal de comunicação onde possamos fazer uma denúncia, tirar uma foto e mandar pelo Whatsapp, por exemplo, porque o 156 está obsoleto, não resolve mais. Nós precisamos de algo concreto, algo que resolva. Muito obrigado. (Palmas)

P – Nós combinamos inicialmente que seríamos criteriosos quanto ao cumprimento dos três minutos. Eu não quero desligar o microfone de ninguém que esteja fazendo uso da palavra. Então vamos tentar concluir a nossa fala dentro dos três minutos. Se passar um pouquinho, tudo bem, mas, se todos começarem a passar um minuto, um minuto e meio, o tempo vai se estender muito mais.

O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Reinaldo Gomes de Araújo, Diretor Social da UGTESP, por até três minutos. E o próximo, depois dele, será o Marcos Pereira de Oliveira, o tio Marquinhos, da DRE do Campo Limpo, condutor.

O SR. REINALDO GOMES DE ARAÚJO – Bom dia a todos, tios e tias. Obrigado por terem comparecido. Bom dia à Mesa, à Secretaria Municipal de Transportes, à Secretaria Municipal de Educação, que tinham que se fazer presentes, não poderiam se furtar a isso.

Fechamento do CRM é fato ou vai virar bagunça? Vocês não vão conseguir controlar depois.

O senhor falou que estava no começo do *Vai e Volta*. Por que, qual o motivo, a razão, causa e circunstância de as secretarias tirarem o quesito socioeconômico do projeto, haja vista que o projeto é um projeto de cunho social? Nós não podemos nos esquecer disso. Ninguém levante e vai lá na periferia para ver quais são as dificuldades. Barreiras físicas, no nosso credenciamento, dá margem para “n” interpretação. A gente não pode se dar ao luxo disso. Somos coeducadores, como a Secretaria Municipal de Educação pode aqui atestar isso.

Por que num perímetro de 100 metros de uma escola não pode ter um bar? Por que não pode? Para não influenciar mal essas crianças.

Por que a Secretaria Municipal de Educação não faz também o serviço dela em relação a punir os clandestinos que estão lá na escola? Eu vejo clandestinos entrando dentro da Secretaria, em âmbito público, sendo tratados muito educadamente, quando aquela escola não sabe o que está acontecendo com aquele tio: se ele é clandestino, se ele não é. É opção do cara, mas ele está na ilegalidade. Então nós somos a extensão do Poder Público. Nós, prestadores de serviço, quando vamos à comunidade buscar as crianças, para eles, é a Prefeitura que está fazendo aquele serviço. Então temos que ser tratados muito mais dignamente, haja vista os encargos que nos são impostos, e que cumprimos.

Prestamos um serviço de excelência. Todo TEG presta serviço de excelência. Temos carros com prestações altíssimas, pagamos seguros, somos onerados com funcionários, pagamos encargos, e precisamos ter um respaldo em relação a isso.

Pessoal, se a Mesa ainda não ouviu falar, alguns da Mesa já ouviram falar, num projeto social chamado CECA. Os condutores escolares também estão preocupados com a questão ambiental. Estamos com projeto, e vamos buscar esse projeto, e ter incentivos do governo, incentivos de taxas, para que possamos ter uma consciência ecológica maior. Precisamos que seja fechado o CRM, ou vai virar uma espécie de camelódromo. Isso não pode acontecer. Logo, o público tem que se prontificar em relação a isso.

Eu quero agradecer enormemente à Mesa, que nos deu essa oportunidade, a todos vocês. E falar que as causas, razões e as circunstâncias são todas nossas, e nada deles; a causa é nossa! (Palmas) Obrigado!

P – O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Marcos Pereira de Oliveira, tio Marquinhos, da DRE do Campo Limpo, condutor.

O SR. MARCOS PEREIRA DE OLIVEIRA – Gente, bom dia à Mesa, bom dia a todos.

Sou condutor pessoa física, venho em nome de todos os condutores de pessoa

física.

Senhora Fátima, cadê o dinheiro do assento duplo? Nós não estamos recebendo pelos assentos duplos, das crianças que têm deficiência, dos autistas; criança obesa.

Estamos aqui brigando pelo nosso serviço. Vocês colocaram mais 300 carros. Não tem nem criança para os carros que estão aqui. Isso é impossível. Eu vou falar para vocês: todo mundo vai lá e se cadastra no TEG. Vai lá, coloca. Tem crianças para esses carros? Nós, que estamos no TEG, não tem criança. Está muito difícil.

Eu, que sou condutor TEG, pessoa física, só trabalho com TEG, o cara vai na minha escola e pega uma criança. Meu carro tem vagas. O cara vai lá, e a mãe escolhe ele. Ele pega uma criança. O cara é particular. Vê se isso é possível? A gente tem que pagar a monitora, pagar os encargos, pagar tudo, e isso não dá. Não tem como. Vocês têm que parar de ficar colocando gente, colocando tente, que não está suportando mais. Não está suportando mais o TEG. Entendeu? Nós precisamos que vocês parem. Não dá.

Quero agradecer ao nosso Vereador Milton Leite por ter criado o nosso departamento, agradecer ao nobre Adelfton, ao nobre Vereador.

Gente, estamos sofrendo. Estamos com o carro vazio, pagando muita taxa, muito sofrimento para os condutores que são somente TEG.

Eu sou do TEG desde 2002. Eu sempre acompanhei todos. Sempre participei de todas as audiências. Nós estamos precisando do apoio de vocês. Não publiquem mais gente, não coloquem mais ninguém. Não cabe. No ano que vem vai ter briga. O pessoal vai se matar. Vai se matar. (Palmas) Não tem como.

Eu peço, por gentileza, não publiquem mais ninguém. Fechem isso daí, acabem. As pessoas que estão dentro do TEG não tem demanda. Procurem um condutor que esteja só no TEG, para ver se ele vai falar que ele está com o carro cheio, que ele está tranquilo. O meu carro tem 10 vagas. O cara entrou na minha escola e pegou uma criança. A mãe escolheu ele, vou fazer o quê?

Quero agradecer a todos. Gente, é um prazer conhecer todos. Muito obrigado.

(Palmas)

P - O próximo, como eu já havia informado, é o Mero de Oliveira, condutor da DRE de Capela de Socorro.

O SR. MERO DE OLIVEIRA – Olá, gente, bom dia. Eu sou o tio Mero da Capela do Socorro. Trabalho lá no extremo da Zona Sul, Grajaú. E eu vou falar um pouco sobre a demanda.

Com essa quilometragem que só eles inventaram do EOL (?), a quilometragem reta, nós perdemos mais de 80% da nossa demanda. Uma coisa que não foi falada aqui: eu faço na escola, viu, dona Fátima, o *projeto xadrez*... Tem alguns projetos nas escolas que nós não recebemos essa criança. Então, no horário diferenciado, nós levamos essas crianças e não recebemos.

Por favor, coloque a foto que eu pedi para você, por gentileza.

Tá vendo? Dê um *zoom* melhor.

Essa é a escola onde trabalho, onde nós paramos com o nosso carro escolar. Quando você para na faixa dupla, vem o CET, vem a polícia e nos multa. Então é essencial criar as condições para o transporte escolar parar com segurança. Eu sou pai, o meu filho vai descer ali, vem um motoqueiro, vem uma bicicleta, vem um louco ali. Nós trabalhamos com essa dificuldade. Uma foto fala tudo.

Tudo bem, vocês querem mudar. É por criança? Beleza. Mas que coloquem um salário fixo para nós. Que garantia vamos ter quando chegar final do ano e pagar décimo terceiro, férias, todo os seus direitos? O problema que está acontecendo hoje é que nós temos tantos deveres. Mas e cadê o nosso direito, cadê a nossa demanda? Gente, foi 80% que tiraram da nossa demanda.

Eu moro em Itaquera, eu trabalho no extremo da zona Sul, no Grajaú. Quantas escolas tem em Itaquera? Para mim está muito difícil, não está fácil, mas eu estou lá. O meu atendimento é de excelência. Nem por isso, eu maltrato alguma criança. Nem por isso, eu deixei de executar o meu serviço. Eu estou falando como condutor há 15 num sistema.

Tiraram toda a nossa demanda. Como que vamos prestar um serviço de qualidade? Eu não estou falando sobre pessoas, estou falando sobre qualidade de transporte. A nossa frota está sendo sucateada. Nós não temos condições de enfrentar uma prestação de três mil, pagar seguro, pagar monitora, pagar contador, pagar um monte de impostos, sem demanda. Tudo bem. Vocês não querem dar demanda, deem um salário fixo para nós. Pelo menos, nós vamos conseguir pagar as nossas contas. Separar essa...

- Manifestação fora do microfone.

P – Vamos concluir, por favor, Mero.

O SR. MERO DE OLIVEIRA – A minha decepção é que eu fiz um investimento, acreditei no sistema. Eu não estou sendo representado por nenhum sistema político aqui, eu sou apenas um trabalhador, pai de família, que quer exercer a minha função. Eu acreditei muito nesse sistema, e, hoje, infelizmente, vocês estão acabando com o sistema. Ou vocês não são pais e nem mães?

P – Vamos concluir, por favor.

R – Tudo bem, seu Senival. Eu só preciso de mais um minuto.

Vocês, com essa quilometragem que vocês colocaram no EOL, quando eu falo 80% da demanda... Agora, quem não tem filho, pegue um saco de farinha, coloque no seu braço e ande cinco quilômetros com ele no seu colo, com uma criança, e vá andar a pé. Nós não temos calçamento nas ruas. Eu estou falando de um bairro que não tem calçamento, não tem faixa de pedestre, não tem asfalto, principalmente nessa lama. Não tem nada. Não tem segurança. Aqui é a voz do povo. Eu não quero nada aqui, eu só quero exercer o meu trabalho com segurança e qualidade. E, infelizmente, o TEG está deixando a desejar. E separar o TEG do particular.

Gente, estou aqui brigando pelos direitos de vocês, das nossas crianças, porque, infelizmente, está difícil. Mas nós não vamos desistir.

Tem algumas cadeiras vazias. O Sr. Senival está aqui. São 15 anos acompanhando essa Casa, são 15 anos lutando pelos direitos do REG.

Obrigado, Abou Anni, que está sempre junto com a gente.

Obrigado a vocês.

Aqui, a todas essas caras novas, muito obrigado. Eu espero que vocês acreditem, como eu estou acreditando, para estar mudando essas crianças.

Gente, nós estamos falando de criança. Obrigado!

Desculpa, mas eu estou falando por vários tios que gostariam de estar aqui.

P – A próxima a fazer uso da palavra é a Sra. Gecineide Gonçalves de Oliveira, condutora autônoma da DRE do Ipiranga.

A SRA. GECINEIDE DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Hoje já é uma vitória dessa categoria estar aqui hoje, ser ouvida pelos governos, porque é a primeira vez, pelo menos eu, que estou vendo tudo isso.

O presidente já representou a nossa ansiedade, os nossos direitos.

A gente quer a parada livre com segurança. Todos já falaram, não precisa eu estar repetindo. Essa é a realidade que nós encontramos no nosso dia a dia. A gente quer os nossos direitos, mudança. O governo sabe tudo isso que está acontecendo. E hoje eu vou sair com esperança de que o governo, o nosso representante, que são os governos todos que estão nesta mesa, nos quais votamos, acreditando, para que fizessem mudança, que trouxessem segurança para as nossas crianças, nossos filhos. A educação é falha até no transporte para as nossas crianças. As crianças são o futuro do Brasil. E o que nós vamos dar para os nossos filhos? Hoje, eu quero sair daqui com esperança de que vai ter mudança para essa categoria, melhora em nossos direitos, as faixas, que estão abandonadas nas portas das escolas.

Obrigado por estarem nos ouvindo. E espero que tenha mudança. Por favor.

Obrigada a todos. (Palmas)

P – O próximo a falar será o Sr. Juvenilson Silva Sacramento, condutor autônomo da DRE de Santo Amaro.

O SR. JUVENILSON SILVA SACRAMENTO – Obrigado a todos. Bom dia.

Venho agradecer a todos pelo comparecimento. E, desde já, agradecer ao DTP, que nós também temos que elogiar as coisas que dão certo.

Do meu ponto de vista, o agendamento no DTP veio para melhorar; tanto que eu já usei e deu certo. Então tudo que vem para melhorar a gente tem que concordar e bater palma, porque foi um serviço muito benfeito. Eu acho que toda tecnologia para ser usada a gente tem que aplaudir e tem que usar.

Agora eu tenho uma reclamação para fazer ao DTP.

Se o seu carro tiver uma vigia com luz de LED, no DTP, é reprovado. Agora eu venho perguntar: se o LED é uma lâmpada mais barata, economicamente mais rentável, dura mais, por que só no DTP esse produto é reprovado? Ônibus usam lâmpadas de LED, táxi usa lâmpada de LED. E a tecnologia veio para ajudar. Não tem portaria, eu ainda não vi nenhuma portaria, então tem algum conceito que tem que ser mudado. Mas eu acho que isso é uma coisa que dá para resolver rápido.

Já aconteceu comigo isso: eu tenho uma criança que é *down*. A mãe foi escolher. Chamou os condutores, colocou os condutores no paredão. “Aí, mãe, a senhora escolhe”. É um constrangimento, não somente para mim como também para a mãe. Chegamos a essa situação. Então tem que ter outro critério, lapidar mais, tem que se estudar como vai fazer isso. É como falamos: vamos fechar o CRMC. Vamos. Mas, hoje, se eu perguntar para vocês quantos condutores, quantas peruas existem no Município de São Paulo, vocês não sabem responder, ninguém sabe responder. Quantas peruas nos temos?

Nós temos um caso na Escola Castelão, na zona Sul. O DTP chegava, fiscalizava o pessoal. Pegava todo mundo que é legalizado, olhava, beleza, liberava. No outro dia, o DTP estava lá de novo. Pegava todos os carros fiscalizados, legalizados, olhava, dispensava. No outro dia, de novo. E os clandestinos? Nada. Gente, fiscalizou uma vez, num dia, no outro dia, o cara não pode estar ilegal. Não é possível. Por que a gente anda com os pneus até meio carecas? Porque a situação está nos sufocando, não estamos aguentando mais. Nós conseguimos mais comprar pneu. Estamos passando uma situação muito difícil. Então tem que ser revisto isso. Eu acho que esse critério de alguns fiscais do DTP são ótimos, tem alguns que nos atendem muito bem, são muito educados; mas, se a fiscalização for para pegar

clandestino, é uma coisa. Fiscalizar o legalizado? Vocês procurar, uma hora você vai chegar lá e vai me achar com uma vigia quebrada. Quantas e quantas vezes eu passo por árvores que batem no teto do meu carro, que é alto, e quebram a vigia? É fatal: são 800 paus. Não é brincadeira. E se a minha vigia estiver com luz de LED, vão multar. Pode chegar lá: “Sua placa está com luz de LED”, vai multar. E eu pus a LED por quê? Porque é mais econômica e eu vou economizar mais.

Desde já, agradeço a presença de todos. Desculpa eu ter passado um pouquinho o tempo. Obrigado a todos. (Palmas)

P – Então, como já havia informado, a próxima é a Magali Sarteski.

A SRA. MAGALI SARTESKI – Bom dia a todos a e a todas.

É com muito orgulho que eu vejo a casa cheia. Poderia estar mais. Mas nos fazemos presentes.

Eu venho perguntar a questão do TEG particular.

Eu sou particular. E o TEG hoje faz particular e TEG. Eu tenho a opção somente do particular, e estou sendo engolido pelo TEG. Desculpa, gente, eu sei que vocês, a maioria, é TEG, mas é bem essa a verdade. Eu estou sendo engolida pelos clandestinos, pelo Uber, pela Mãe Carona, pelo Mãe não sei o que, pelo patinete. E eu, que sou transportadora escolar? E que, que pago meus impostos, tenho os custos, carro legalizado, fico onde? Vendendo veículo? É isso que eu estou fazendo. Eu estou vendendo um dos meus veículos porque eu não consigo mais sair do vermelho. É essa a dificuldade do particular hoje.

Na minha porta da escola, que eu faço para o particular, para o tio do TEG que está ali na prefeitura e vai para a minha escola, que é particular, pegar aluno particular. Eu poderia me credenciar? Poderia. Só que eu não acho justo eu tirar o pão de quem está lá há muito tempo no TEG. Eu não acho justo tirar o pão deles. Então cada um no seu quadrado: TEG é TEG, particular é particular. (Palmas) Não é certo isso. O que credenciamento propôs foi jogar assim: “Eu não vou pagar”, “Prefeitura, não preciso mais pagar”. Vai todo mundo para o particular, e a Prefeitura vai reduzir gastos. É isso que jogou para o TEG. Só que respingou na

minha empresa, que é particular. Hoje, é o Uber, é o TEG, é Mãe Carona, e a fiscalização vai em cima de quem? Da Magali, que é legalizada, que está ali bonitinha. Aí a gente fala: “Mas poxa, senhor fiscal, aquela mãe usa aplicativo do Mãe Carona”. Aí o fiscal cruza o braço e faz assim: “Eu não posso fazer nada; eu não tenho autonomia para fazer nada”. E aí? Aí, quando eu denuncio um clandestino, que eu tenho dois, com placa cinza, sabe o que aconteceu? Eles passaram ilesos, e eu fui vistoriada. Graças a Deus, eu estava em ordem. Naquele dia, nem uma sujeira dentro do carro eu tinha, porque, senão, viria 0800 – 800 reais de multa por causa de uma migalha no chão. Então chega. Eu acho que já deu a hora. E está na hora de o Poder Público desta Casa, hoje... O Abou Anni já está vendo em nível federal para nós desta Casa começar a ver o transportador escolar também como munícipe, um cidadão e um batalhador. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Ezequias de Lima. Depois, Carlos Eduardo Monezi, o Cadu.

O SR. EZEQUIAS DE LIMA – Bom dia, senhores, é uma satisfação estar aqui com vocês, com todos os condutores escolares. Sou profissional de transporte escolar, particular. Obviamente, tenho o TEG também; e temos aqui muitos transportadores escolares.

O primeiro ponto que observo é que temos que nos unir, seja por associação, seja por qualquer representação dos transportadores escolares. Por quê? Somos profissionais que fazemos muito pela Cidade. Se formos olhar o transportador escolar, ele tira milhares de carros das ruas. Assim, isso ajuda na mobilidade da Cidade. Então, precisa haver uma consideração dos nossos representantes políticos e das autoridades da Prefeitura para que haja um olhar em relação ao transportador escolar. Vi uma pesquisa que aponta que nós tiramos das ruas 600 mil carros. Assim, isso melhora a mobilidade na Cidade. Então, temos uma fundamental importância.

Outra questão. Nós trabalhamos também com educação. Temos projetos sociais que fazemos. Na nossa associação, a UGETESP, nós trabalhamos com projetos sociais. Durante o ano, temos vários. Trabalhamos com educação da criança dentro do carro. Eu

preservo muito dentro do carro. Criança tem que ficar sentada, criança tem que ficar com cinto de segurança.

Temos que ter vistoria? Temos! Essa é outra questão. Vem o pessoal do DTP e nos vistoria. Concordo plenamente. O transportador escolar profissional tem que estar com o carro realmente impecável, isso é verdade. Você tem que gastar dinheiro e deixar o carro impecável, pois você conduz as crianças, que são o nosso futuro. Só que há vistoria. Lógico que alguns problemas há, como a questão de apagar alguma luz no carro. Então, o fiscal tem de ter bom senso, conversar e nos indicar o que devemos fazer para acertar. Muitas vezes, não é erro deliberado. Mas nessa questão de fiscalização tem a questão dos clandestinos. O que acontece? A fiscalização vai à escola e olha só para o carro que está todo licenciado, que está em dia. Se há um clandestino lá, o fiscal não vai em cima. O que acontece? Que fiscalização é essa? É só para quem está em dia? Não! Tem que haver uma visão maior do DTP para que se olhe realmente quem realmente está gerando problemas dentro do sistema, que são os clandestinos. Fazendo isso, eu creio que o transportador escolar, que já é de qualidade, vai melhorar ainda mais.

Há ainda a questão da faixa de ônibus. Sei que há uma grande polemica em relação a isso, mas precisamos de faixa de ônibus. E por quê? O tempo que temos para ir para a escola é muito curto. O pessoal do TEG tem 2 quilômetros. Você pega a criança e depois tem que acelerar para chegar à escola. Então, é necessário que haja esse olhar para a faixa de ônibus.

Para concluir, respeitamos Uber e táxis, mas esse pessoal tem que ter considerar a livre parada e a sinalização em frente à escola. Somos profissionais. Temos que ter o carro em dia, mas precisamos também de respeito aos nossos direitos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Próximo orador, Cadu Monezi, condutor do TEG do Extremo Sul.

O SR. CARLOS EDUARDO MONEZI (CADU) – Bom dia a todos. Cumprimento todos os componentes da Mesa na figura do Presidente Vereador Senival Moura. Cumprimento

do Diretor do DTE e parablenizo todos os transportadores escolares. Sou do tempo em que a gente não era ouvido; quando, para sermos ouvidos, tínhamos que fazer muita bagunça. O Formiga e o pessoal mais antigo sabe do que estou falando. Estarmos aqui já é um ganho grande para a categoria.

O Departamento que hoje está sendo criado é importantíssimo porque o particular não era ouvido. Só existe o Departamento TEG; o particular, ninguém ouvia. Hoje existe esse departamento. Não vou ser repetitivo e ficar falando de embarque e desembarque e no fechamento do credenciamento, que é essencial para nossa categoria. Vou só atentar para algo que me preocupa muito: quando escuto em se fazer uma nova licitação. Por que me preocupa? Porque já em discussão com a Fátima, a gente sabe que o credenciamento não pode ser fechado, tem que ser aberto por lei. A SME, segundo a Fátima, tentou dar uma amenizada nessa colocação dos veículos em relação à demanda. Quero só demonstrar o seguinte para o Poder Público: hoje o credenciamento está bem inchado mesmo. Mas por quê? O particular – e me desculpem os particulares – quer pegar uma boquinha no TEG. O TEG sempre sobreviveu do TEG. O TEG não tem como pegar boquinha do particular. Hoje se se fizer uma licitação, se se acabar com o credenciamento... O credenciamento foi criado para cinco anos. Nós estamos no último ano, os três primeiros anos foram de ajuste. Nós conseguimos alguma coisa nos dois últimos anos. Meu medo é bater em cima de uma licitação, essa licitação vai para frente, é impugnada, e nós vamos voltar todos a ser emergenciais. Eu fui emergencial durante anos, assim como muitos dos que estão aqui. Então, temos que prestar muita atenção, discutir muito com a categoria para que não seja tomada uma atitude e se vá deixar 2,6 mil ou pelo menos a metade, porque com a licitação sabemos que nem todos passarão, e mais da metade ficará desempregada. E aí? Esse cara vai fazer o quê?

O TEG está dando um tiro. O particular fez um credenciamento e está lá com três, quatro crianças, mas não vive disso, para ele o TEG é um bico. Já o trabalhador do TEG vive essencialmente da demanda, ele não tem mais como correr atrás de particular. Ele está lá desde 2002 trabalhando no TEG, como vai correr atrás do particular. É a isso que temos de

nos atentar, e o Poder Público tem que ver isso, porque não é justo, desde 2002 carregamos esse sistema nas costas. Naquela época, a criança era 36 reais e a gente ganhava 0,50 de diesel, e nós continuamos no sistema. Hoje, existindo uma boa remuneração, todo mundo quer cair em cima do TEG. Temos que ser mais valorizados e temos que tomar muito cuidado com esse pedido de licitação. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Próximo orador, Jansen Florentino de Moraes, condutor da Coopercaps.

O SR. JANSEN FLORENTINO DE MORAES – Bom dia e parabéns a todos os condutores que estão presentes reivindicando suas demandas. Agradeço também à Mesa por escutar uma voz que até agora tem estado carente de ser ouvida, de pessoas que têm várias necessidades. Até então, não tínhamos com quem falar; então, agradecemos esta oportunidade.

Gostaria que principalmente a Secretaria da Educação se atentasse a essa questão da demanda, que realmente diminuiu bastante. Gostaria de saber se foi levado em conta o que deveria ser o principal, se foi feito um estudo sobre a assiduidade dessas crianças que perderam o direito ao transporte. Porque o que eu percebo é que muitas dessas crianças que perderam o transporte têm número elevado de faltas. Conheço mães que mandam esses filhos somente duas vezes na semana, porque não têm condições de levar e não há quem as leve. Nós fazíamos esse trabalho, e hoje quando há chuva as crianças faltam à escola.

O programa é excelente, a Prefeitura de São Paulo está de parabéns. Só que, com esse corte de gastos, deixou-se de lado o principal, que são as crianças. Com o TEG, o número de faltas das crianças, que era elevado, diminuiu drasticamente. As próprias diretoras nos falam: “As crianças não faltam mais por conta do transporte”. Hoje vivemos o inverso. Então, acho que seria interessante prestar atenção à questão da assiduidade.

Com relação às alterações de licitação e credenciamento, entendemos que o credenciamento, apesar de algumas falhas que pode haver, ainda é o melhor caminho para nós, porque uma licitação pode ser muito complicada para todos esses condutores que estão

aí há 10 anos, 15 anos transportando as crianças, podendo ser até injusta. Acho que pode, sim, ser feita uma mudança, uma portaria dentro do credenciamento. O que a grande maioria aqui entende como bacana seria separar o transporte particular do TEG. Desde que – lógico, com uma observação – houvesse numa renda que nos desse condições de prestar um serviço de qualidade. Esse é que tem que ser o foco. Aqui ninguém é contra trocar de carro, colocar um carro com boas condições de segurança para as nossas crianças. Nós só queremos condições para isso, é o que nós pedimos; sempre visando à criança.

Com relação a fechamento de CRM, já existe, tramitando, um projeto do nobre Vereador na Casa. Que fosse dada uma atenção para isso. Porque, automaticamente, o fechamento do CRM talvez, de contrapartida, já limitaria essa entrada desenfreada de condutores no TEG. Hoje, acho que são 2,6 mil, já perdemos a conta, e foram liberados outros.

Então, só para vocês entenderem o que aconteceu nesse início de ano, não sei se vocês acompanharam. Foi uma discórdia na porta das escolas. Amizades de 10 anos, 15 anos foram abaladas por conta de um termo de uma mãe que escolhe, de não sei o quê. Acontece que o trabalhador precisa daquela criança para sobreviver. Houve discórdia, discussões, coisas absurdas. Uma de minhas sugestões é que no início do próximo ano fosse encaminhada para as escolas uma lista dos carros que atendem aquelas unidades. Porque foram colocados, neste ano, todos os condutores no mesmo horário. Perfeito. Chegamos lá, as mães escolhiam os condutores. Chegavam cinco, seis condutores na reunião. No dia seguinte, havia 20 condutores com demanda de 1, 2, 3, 6, que fazem falta para aqueles que estão ali dependendo do Transporte Escolar Gratuito. Então, é uma sugestão, porque os pais continuam escolhendo, e é justo, mas que escolham os condutores que atendem efetivamente aquela escola e que dependem do Transporte Escolar Gratuito.

Infelizmente, o tempo é muito curto, e as nossas demandas são muitas. Precisaríamos passar o dia todo aqui para passarmos a vocês; mas agradecemos a todos pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Próximo, Manoel de Moraes, o Neco,

condutor da Cooperunidas.

O SR. MANOEL DE MORAES (NECO) - Bom dia a todos e a todas. Desde já, eu quero agradecer ao Toninho Vespoli e ao Albano pela colaboração, pois ele tem lutado junto com o transportador escolar dando uma força para nós na medida do possível.

Já foi decidido aqui praticamente por todos nós que seria ideal o fechamento do CRM e a separação do transportador escolar particular do gratuito, porque há muita contradição. Eu mesmo sou condutor escolar do TEG desde 2002. Há criança que hoje é atendida pelo TEG, que estou levando, e há criança do mesmo endereço, que é irmã, mas uso o particular, embora tenha direito ao TEG. Isso é uma contradição muito grande e tem que haver essa separação. Porque (ininteligível) de vocês nos separarem e fecharem o CRM é porque vocês talvez não saibam que temos prestações do nosso veículo a serem pagas, de 3 mil reais. Todos os nossos funcionários são registrados, e os encargos só aumentam. Isso é um absurdo.

Outra coisa. Essa escolha, vocês têm que mudar. Sei que todos nós aqui somos profissionais. Para que possamos atender a demanda com responsabilidade e compromisso, todos são qualificados. Fazemos curso e tudo o que é determinado pelo DTP. Agora, chegamos ao final do ano, e é como o colega falou: ficamos transtornados, pois não temos férias. Ficamos preocupados em correr atrás de colocar crianças no nosso veículo para poder atender no final do mês o nosso percurso, o nosso dinheiro para cobrir as nossas prestações. Então, isso é vergonhoso, tem que acabar com esse sistema de dizer: o pai tem que escolher tal tio. Isso é uma vergonha. (Palmas) Nós somos condutores profissionais. Não estamos expostos como produtos numa feira: “Vou escolher esse tio porque é bonitinho”, “Vou escolher esse tipo porque tem o cabelo melhor”. Somos profissionais. Tem que acabar com esse sistema.

Chega o final de ano, não temos férias, mas temos preocupações. Hoje, devido a essa situação, temos um percurso, um itinerário. Vocês tinham que ter um cronograma de percurso. Devido a essa situação, ficamos na contramão do nosso percurso. Ficamos

preocupados em colocar a criança em nosso carro e terminamos pegando a primeira criança que vier, porque senão não chegamos ao final do mês para arcar com as nossas dívidas. Aí, o percurso fica todo desencontrado. Hoje o nosso percurso está todo fora de mão. Deveria ser como antes: passar para a escola e a escola escolher e dizer: “Há tantos condutores nesta escola, vamos trabalhar dentro de uma planilha de percurso para que os condutores possam atender de forma adequada”. Hoje um tio não pode ver uma mãe grávida num posto de saúde que já está fazendo o cadastro dessa criança que nem nasceu.

Agradeço a todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Nós não podemos também tirar o direito dos pais de escolherem. Os pais têm que ter direito. Vocês têm que prestar um serviço de qualidade, e, dessa forma, os pais obviamente vão escolher aqueles que prestam o serviço que eles entendem como o melhor. Um dos objetivos da audiência pública é esse. Então, o direito dos pais será preservado.

Próximo orador, Ralph Alkmin, condutor autônomo da DREI de Pirituba. Depois, Dóris Maria da Silva, condutor do TEG da DREI de Freguesia do Ó.

O SR. RALPH ALKMIN – Bom dia a todos. Sou condutor escolar, como todos aqui, a grande maioria. Como todos aqui, um palito de dentes que eu uso na minha casa é comprado com o suor do meu rosto, assim como é o caso de todos aqui. Até o papel higiênico é comprado com muito suor do meu rosto. O que venho pedir a vocês e à senhora também? A senhora falou muito e foi vaiada. Venho pedir ao pessoal da DRE, do SME não ser uma máquina de falar bonito; uma máquina de olhar para sua cara e dizer que as crianças que você transporta têm barreira física. Onde eu trabalho, existe uma passarela. Fui com o Toninho e o amigo Chicão à DRE conversar; simplesmente lá eles falaram bonito, e as minhas crianças foram cortadas porque a passarela foi feita, mas a passarela está lá há mais de 30 anos. falaram que a distância até a escola é de menos de 2km. O que quero dizer aos senhores? Como a senhora estava falando, vocês fazem jus ao serviço de vocês. Quem está em sala de ar condicionado são vocês, nós estamos trabalhando e amassando barro. Um carro nosso

quebras às 7 horas da manhã e às 11 horas tem que estar trabalhando. Por gentileza, não usem mais isto: “Dá menos de 2km”, “Tem barreira física”. Estou pedindo, por favor. Se eu escrever algo agora num papel e guardar, daqui a 50 anos vai estar escrito do mesmo jeito, e este celular talvez não dure 5 anos.

Está feito um convite a vocês. Todos os tios aqui têm seus problemas, e todos nós estamos nos representando uns aos outros. Onde eu trabalho há uma passarela, e o percurso dá mais de 2km. Disseram: “Não, não dá”. Eu comprei uma trena de 100 metros para medir. “Há ruas sem calçada”: estão esperando o quê? Ser Atropelada uma criança para caírem matando em cima de nós? Vocês estão ouvindo: uma van bateu na Casa Verde, anteontem foi um ônibus em Perus. Por que isso acontece? É porque não é o filho de vocês que está lá? Pode ser, né. (Palmas) Pode ser.

Um minutinho, por gentileza. Eu queria fazer um convite na frente de todos para a Sra. Fátima que coordena a DRE.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Conclua, por favor.

O SR. RALPH ALKMIN – O convite é para a senhora fazer a linha comigo na segunda-feira para eu lhe mostrar o que tem de barreira física.

- Manifestações no recinto.

O SR. RALPH ALKMIN – Na frente de todo mundo.

- Manifestações no recinto.

O SR. RALPH ALKMIN – Por gentileza, mais um minuto.

Está feito o convite. A minha palavra não faz curva. Se há dez pessoas na DRE para falar que há barreira física e rua sem calçada, se há 20 na SME, por que não há ninguém para andar comigo na segunda-feira?

- Manifestação no recinto.

O SR. RALPH ALKMIN – Por quê?

Para eu lhe mostrar que isso aqui está certo e isso aqui está errado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Conclua, por favor.

O SR. RALPH ALKMIN – Está feito o convite. Tá bom?

- Manifestação no recinto.

O SR. RALPH ALKMIN – Gente, um bom dia a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.k., Ralph.

A próxima a fazer o uso da palavra é a Doris Maria da Silva, condutora do TEG, da DREI Freguesia do Ó.

A SRA. DORIS MARIA DA SILVA – Bom dia, gente. Vou direto ao assunto. Eu gostaria de lhe fazer umas perguntas, Fátima; a gente já se conhece, eu já fui à SME. Primeira: por que a SME tirou o nossos assentos? Acho que todo mundo passa por isso: lidamos com crianças muito agressivas na van. Eu, particularmente, estou vivendo a seguinte situação: um único banco para esse aluno, e os outros vão amontoados, porque ele bate, morde e belisca os colegas. Não tem condições mesmo, e eu ando com ele por uma hora e meia porque a mãe não o quer em casa. Quanto mais cedo eu buscá-lo e mais tarde devolvê-lo, para ela está ótimo. Aliás, não é a mãe, são os avós que cuidam dele.

Segunda: por que o TEG Especial tem um piso, por exemplo, de cinco mil por cada criança transportada, e nós que trabalhamos só em uma escola, que só tem criança com laudo – porque, sem laudo, não entra na van –, não ganhamos o mesmo, não temos o mesmo tratamento daquele que transporta uma criança no TEG Especial em termos financeiros? A gente já questionou muito isso com a DRE, e não é culpa dela, porque ela faz o que pode; logicamente, dentro do regulamento. O TEG Especial leva, por exemplo, três a quatro crianças. Eu levo 17 crianças especiais, com laudo, no período da tarde.

Eu também faço SAE, e tem professora que, para facilitar, ou porque a mãe pede, coloca SAE continuado. Por isso, a criança não vai embora comigo ao meio-dia, mas, às 13h30, quando eu for levar a turma da tarde, eu tenho que retirá-la, e tenho que voltar pelo mesmo caminho. Então, na verdade, são duas viagens, mas eu não ganho por ser TEG continuado.

Terceiro, um questionamento. Vocês estão estudando um reajuste para o ano que

vem, acho que de quatro ou dez reais, mas o mecânico, de cem, passou para 200 reais só para olhar o carro. Então, fica muito difícil para dar continuidade ao nosso padrão de vida em termos de carro, de manutenção. Por isso, gostaria que vocês estudassem isso com carinho.

Muito obrigado e boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.k. Essas foram as palavras da Sra. Doris Maria da Silva.

A próxima oradora é a Sra. Maria do Rosário Marins, transportadora escolar particular.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO MARIN – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de falar aqui em nome dos transportadores particulares da zona Leste. Agradeço também à Mesa, apesar de que o único que eu conheço mesmo é o Abou Anni.

Eu queria mostrar para vocês uma foto.

- Oradora passa a referir-se a imagem na tela de projeção.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO MARINS – A foto já fala por si mesma sobre a opção dos pais. Para vocês terem uma ideia, eu trabalho numa escola cujo valor da mensalidade chega a quase dois mil reais, mas, na hora de escolherem um transporte, é aquele ali, que custa em torno de 150 reais. O trajeto não é na periferia, é na Mooca; os alunos moram na Mooca. Os pais são médicos, dentistas, pessoas que ganham muito dinheiro, mas escolhem esse tipo de transporte. Esse ônibus rodou a calçada da escola, como vocês podem ver, e entra na escola. Eu fui falar com o diretor, que me disse que não tem vínculo com o transporte e que nós que nos entendêssemos. Foi isso o que o diretor da escola onde a gente trabalha me falou.

Então, eu realmente gostaria que vocês, os políticos, se conscientizassem de que a fiscalização está muito a desejar e, quando chamamos a fiscalização para lá, eu noto que eles vão com certa raiva e pegam pesado com outras pessoas que não têm nada a ver com isso, mas acaba fiscalizada; no entanto, os que vêm fazendo essas coisas erradas já estão tão acostumados que conseguem sair fora, não sei como, e continuam com esse tipo de veículo,

que rodou na escola. Se quiserem comprovar, é só requisitarem a câmera da escola para verem que ele rodou durante dois meses no bairro da Mooca, que tem fiscalização e até uma base da Polícia no Largo do Belém, por onde ele passava toda hora, desse jeito, sem placa, sem estepe e sem para-choque. Para mim é um sem-vergonha, porque um carro escolar assim é uma vergonha alheia. Na escola onde eu trabalho, eu sinto muito isso, porque eles têm dois transportadores lá que são descaradamente clandestinos, apesar do escritório bonito e das pessoas que falam bonito e que convencem as mães de que o importante é um transporte econômico, e as mães aceitam.

Então, eu só queria mostrar isso para vocês tomarem consciência. Se quiserem verificar a veracidade, podem solicitar as imagens da câmera da escola para verem como é o transporte lá nessa escola, que fica na Mooca, um bairro ao lado do centro, onde há muita fiscalização, com uma base do DTP, da SPTrans no metrô Bresser, por onde os carros passam direto sem ninguém fiscalizar ou ver isso, que é gritante.

Muito obrigada. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Essas foram as palavras e as denúncias da Sra. Maria do Rosário Marins, transportadora escolar particular. Essa é uma denúncia gravíssima e, na minha visão, falta uma fiscalização mais rigorosa. Fica o recado para o Governo para cuidar, junto ao DTP, da fiscalização.

Com a palavra agora o Sr. Genivaldo Pereira Santos, o Tio Pita, da Ugetesp, TEG.

O SR. GENIVALDO PEREIRA SANTOS – Bom dia a todos e à Mesa.

Na verdade, em resposta a algumas observações tanto da Secretaria como do pessoal do DTP, a gente tem gemido calado. Essa questão do TEG hoje, a escolha dos pais, isso é desumano. É desumano ter que ir para um paredão todo começo de ano. Não podemos viajar com a família porque, logo no começo de janeiro, temos que estar nas escolas para saber como vai ser a demanda, se vai haver, se não há, se há criança, se saiu, se não saiu. É desumano.

Hoje, dentro do credenciamento, já há três formas de remuneração: o convencional

por criança, o cadeirante e o especial, um pagamento fixo mais as crianças. Tem que ser dito que o que nós pleiteamos já é para o próximo ano; precisamos sair daqui com uma resposta para um edital para 2020, independentemente do processo licitatório. Temos que sair com uma definição para 2020, com edital publicado sobre essa questão da remuneração.

Hoje já existe isso no credenciamento para crianças especiais, e isso pode ser estendido ao convencional. Não é difícil, basta estabelecer critérios justos.

- Manifestações no recinto.

O SR. GENIVALDO PEREIRA SANTOS – As Secretarias de Educação e de Transportes têm isso nas mãos, basta, a partir de segunda-feira, juntar uma comissão para discutir para depois, lá na frente, não dizerem que não tiveram tempo. Mas há tempo, sim, para se fazer isso.

Outra questão é o assento duplo. Sempre transportei uma criança com necessidade especial de grau extremo. Esse caso chegou até a SME, DRE Butantã. Foi cortado o assento duplo. Eu tenho um micro-ônibus e levo apenas essa criança; são cinco quilômetros da residência para a escola, e eu tinha autorização para assento duplo. Eu não ganhava praticamente nada, porque as despesas eram altas, mas fazia pela família, que já há muito tempo utilizava o transporte. Foi cortado. “Por que assento duplo?” “Ah, a criança evoluiu”. Quem entrou no meu carro para observar a evolução da criança? Quem andou comigo? O Cefam? O Cefam nunca deu as caras. Por que não entram no carro para observar o comportamento da criança? Quantas vezes eu não tive brinquedo arremessado contra a minha cabeça e no vidro do carro pela criança. “Ah, mas a criança evoluiu”. Evoluiu? E quem acompanhou? Quem andou comigo no carro? E ainda me falaram que iriam me denunciar para a Secretaria e ao DTP porque eu estava desistindo da criança e eu iria pagar uma multa de cinco mil reais. Mas não fui eu que pedi isso; quando eu comecei a transportar a criança, já me deram um assento duplo para ela, mas depois me tiraram. Eu teria que pagar do meu bolso para transportá-la? Isso não é justo nem viável. Pelo que sei, até hoje essa criança está sem transporte, porque a Secretaria e a DRE não chegaram a uma solução para o caso dessa

criança, cujo pai vive me ligando, e eu respondo que, infelizmente, não posso, não tenho como.

Minha outra questão é uma denúncia. O CEU Butantã não tem fiscalização de estacionamento, não tem vaga para transporte escolar. Colocaram lá uma placa de embarque e desembarque, mas o CET está lá ocupando a vaga do transporte escolar e autuando, pois os pais estacionam lá, e nós não temos como parar; tenho que desembarcar crianças com necessidades especiais no meio dos carros, pois não há demarcação. Brigo por isso há oito anos, mas não apresentam uma resolução. A solução agora é a CET multar todo mundo.

Por isso, precisamos rever essas questões.

Obrigado, gente. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O próximo a fazer uso da palavra é o Sr. Edmilson Andrade, da Ugetesp.

O SR. EDMILSON ANDRADE – Bom dia a todos que compõem a Mesa, aos representantes do Poder Público. Vou ser breve, porque, na verdade, a maioria das nossas reivindicações já foi bem explanada pelos colegas.

Sou TEG e venho aqui defender alguns quesitos que ouço muito o pessoal falar, como a questão do tempo do TEG. Acho que tudo isso é válido, porém, como sou novo no TEG, não acho justo classificar, por exemplo, um profissional que está há 20 anos no TEG, sendo que eu só estou há um ano. Eu posso ter três anos de TEG e falarem que eu não presto um bom serviço. Estou há 20 anos no ramo do transporte escolar e sei da qualidade do serviço que eu presto; crianças que hoje andam comigo, já andaram com outra pessoa que tinha realmente bastante tempo de TEG, mas graças a Deus a escolha da mãe, dos responsáveis, prevaleceu, e eu tenho um respeito muito grande por essas crianças. Isso é algo particular que eu vejo muito.

Outra questão que foi muito explanada no início, e realmente é necessário, é o valor fixo para o carro, porque chega dezembro e, realmente, não dá para viajar para ver um parente de fora do Estado, porque, a qualquer momento, a SME pode comunicar as DREs que temos que comparecer, e fica toda aquela briga. Na verdade, somos todos amigos, colegas de

profissão, mas, ao mesmo tempo, viramos inimigos, porque a disputa é por criança, e isso é ridículo e não tem cabimento.

O custo dos nossos carros realmente é muito alto e temos que trabalhar com qualidade. Agora há pouco foi mostrada uma imagem; um carro daqueles não tem condições de trabalhar. Por isso, eu acho que realmente temos que prestar um serviço de qualidade, como sempre prestamos, mas precisamos ter um valor fixo pelo carro, porque no final do ano, não podemos ficar naquele desespero, disputando criança com um condutor que, além de um colega de profissão, de repente também é nosso amigo na escola ou até mesmo no bairro. A escolha da mãe, em alguns quesitos, eu acho que é sempre válida. Por exemplo, como eu falei, eu sou novo no TEG, mas nunca tive problema com mães das crianças que levo, porque dou garantia do serviço que eu presto.

Quero agradecer a todos os condutores que estão aqui. Acho que este momento é válido, e hoje nós conseguimos ser ouvidos pelos representantes do Poder Público.

É isso aí, pessoal, vamos, com fé em Deus, obter sucesso em nossas reivindicações.

Obrigado, pessoal. Obrigado, Mesa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O.k. Essas foram as palavras do Sr. Edmilson Andrade.

A próxima a fazer uso da palavra é a Sra. Seiy Cristine, particular.

A SRA. SEILY CRISTINE DA SILVA SIMÕES – Bom dia a todos. Muitos daqui me conhecem e sabem que, há três anos, eu fui ameaçada de morte por um clandestino, porque me expus a denunciá-lo. Fui ameaçada na frente da minha filha, que hoje está com oito anos. Cheguei a ir a várias reuniões e a assembleias; inclusive o DTP esteve ciente dessa ameaça, mas até hoje esse clandestino continua rodando, não foi feito nada. Se eu não tivesse exposto isso para a categoria nas reuniões, hoje, nem viva eu estaria. Então, eu quero repassar para vocês por que as diretoras de escola não podem pedir uma documentação? Porque muitas diretoras não sabem o que é um transportador escolar. Elas não sabem a documentação certa.

Por que elas não podem pedir? Mas elas pedem a autorização dos pais para nós retirarmos as crianças.

Então, eu queria saber se não tem como o DTP e a SME fazerem alguma coisa referente a isso, que dê esse poder para a direção das escolas, para que elas proibam o clandestino de entrar na escola? Fora o Uber que chega na escola para tirar uma criança sem os pais juntos. Ou seja, eu não sabia que taxi e Uber poderiam levar crianças sem um adulto presente. E é entregue para eles. É um absurdo o que a gente passa. E eles vão lá e nos expõem denunciando um clandestino.

Detalhe: a fiscalização vai até a porta do colégio, o clandestino passa em frente à fiscalização. A gente mostra: “Aquele ali é um clandestino”. Ele desce a criança na esquina da escola, onde a fiscalização chega pra gente e fala: “não podemos pegá-lo; a gente só pode pegar na porta do colégio”. O clandestino deixa a criança na rua de trás ou na esquina com a escola ou desce a monitora do clandestino com aquela fila de crianças, uma atrás da outra para a rua de trás, e o DTP não pode ir atrás dele porque não pode pegar o clandestino na rua de trás, mas o clandestino pode parar o transportador escolar no meio da rua, num farol, na rua de trás, pode. O que podemos fazer referente a isso? Porque é complicada a nossa situação; a gente só tem dever; direito a gente não tem, e quem protege a gente? Ninguém.

Então, é fácil a gente expor um clandestino. Tirar a foto dele, mandar para o DTP, mas pegá-los ninguém pega. A gente já está na metade do ano. Lá na zona Sul está cheio de clandestino. É carro de passeio, van sem placa, van sem vidro traseiro, e o DTP só serve para os condutores legalizados.

Obrigada pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Eu quero agradecer as palavras da Cristine que é particular e da região da zona Sul.

Pela ordem, o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Eu também queria fazer umas quatro perguntas diretas para a Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Deixa eu combinar, Vereador. Conforme nós combinamos, primeiro, fala o Deputado Abou Anni e, em seguida, V.Exa. fará uso da palavra para as perguntas e apontamentos.

O SR. ABOU ANNI – Presidente, é uma satisfação quando V.Exa. me chama de Vereador. Tenho muitas saudades desta Casa, então tenho dúvida que a dinâmica desta Casa Legislativa é muito maior do que a dinâmica do Congresso Nacional.

Eu queria que me desse permissão para fazer uso da tribuna para matar a minha saudade.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Fique à vontade, nobre Deputado.

O SR. ABOU ANNI – Senhores e senhoras tios e tias escolares, é uma satisfação estar aqui com vocês mais uma vez; cumprimento o Vereador Senival Moura e o Vereador Toninho Vespoli, parceiros de vários mandatos juntos nesta Casa.

Quero fazer um agradecimento muito especial a toda a categoria do transporte escolar do Estado de São Paulo. Fizemos 70 mil votos com o apoio da categoria, em 525 Municípios em que apareceu o transporte escolar, muitos que eu nem saiba que existiam, nos prestigiaram com seu voto na urna. Hoje, estamos em Brasília defendendo com unhas e dentes a categoria.

Vou dizer a vocês, iniciando a pauta da nossa audiência pública: que saudades do TEG antigo, que o escolar particular tinha o seu papel, o TEG tinha o seu papel, que pagava através de um contrato de locação de veículos por criança e quilômetro rodado, muitas saudades. Depois, com o termo de credenciamento, eu já falava que não ia dar certo. Quantas audiências públicas? Nunca nos ouviram. Nunca ouviram este Vereador. Nunca ouviram a categoria. Quantas reuniões na Secretaria de Transportes, DTP, Secretaria de Educação, à noite, de madrugada, sempre promessas, mas nunca ouviram. Essa é a realidade. Esse é mais uma. Mas eu espero que esta Gestão Bruno Covas deixe sua marca na categoria. É a grande oportunidade do Prefeito Bruno Covas deixar a marca dele no transporte escolar, porque os demais Prefeitos deixaram muito a desejar. Promessas, promessas de campanha, vocês viram

na televisão publicamente, quando chegou ao poder, não reconheceu que existia uma categoria chamada transporte escolar.

Então, a categoria do transporte escolar sempre foi esquecida, mas essa é a nossa luta. Eu sempre digo nos meus cursos: “Quando essa categoria teve sossego na vida? Nunca”. Quando a gente acha que começou a normalizar, tem mais uma Portaria, um Projeto de Lei, uma ação, é Deputado Estadual, Vereador, metendo a caneta aonde não conhece e vem as porcarias – perdoem-me a expressão da palavra – mas é a verdade.

Tivemos, recentemente, no Senado, a aprovação de câmara interna para transporte escolar. Eles não sabem que transporte escolar tem câmara frontal, traseira, e, lateral – tem vários Municípios exigindo, como Carapicuíba, por exemplo – e, agora, câmara interna.

Então, eu faço um apelo a todos os Parlamentares do Brasil: não bote a caneta onde não conhecem! Conheçam a categoria, saibam como funciona o transporte escolar; saiba a legislação dessa categoria, para, daí, sim, ter um ato louvável e reconhecido.

A categoria precisa de ajuda, mas não de um Parlamentar, mas de vários Parlamentares e de vários Vereadores. E o papel desta Casa é fundamental na regulamentação das regras, das legislações, porque é o Município que legisla sobre o transporte escolar. Essa é só uma questão para a gente mostrar um pouquinho do quadro, mas, avançando.

E digo mais: aproveitando a oportunidade de termos representantes do Governo nesta Mesa, o meu mandato está à disposição. Usem o mandato do Deputado Abou Anni para ajudar a categoria, vamos buscar Emendas no Governo Federal (Palmas), podemos buscar orçamento no Governo Federal, podemos discutir na Fundeb, porque o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; vamos buscar recursos. O meu mandato está à disposição. Vou deixar meu cartão com todos para que liguem no meu celular pessoal e vou trabalhar junto ao Ministério da Educação para quem sabe a gente conseguir melhorar o transporte escolar na nossa cidade de São Paulo.

Eu queria aproveitar essa oportunidade, Sr. Presidente, para fazer um comentário

porque são muitas ligações e comentários que recebo e, muitas vezes, as pessoas não entendem o que está acontecendo em Brasília, coisas boas e coisas ruins, por exemplo: eu queria lembrar que nós estamos apresentando um Projeto de Lei que altera o Código de Trânsito Brasileiro, pontuação, validade do aumento da CNH, todo mundo acompanha isso, mais ainda não é lei. Trata-se de Projeto de Lei que vai se criar uma Comissão Especial que vai ser discutida e votada para termos as alterações da lei. E vai ser debatido. São 34 Deputados mais 34 suplentes. A Bancada do meu Partido já me designou para fazer parte dessa discussão.

Nós vamos ter essa oportunidade e vamos pegar carona nesse Projeto. Vou fazer Emenda para, primeiro: definir o que seja transporte escolar, pois não há na legislação. A maioria acha que é o transporte de casa para escola e vice-versa. Nós não podemos entender essa única limitação.

Então, eu queria ler para vocês a nossa Emenda que define o que é transporte escolar: “modalidade de serviço de transporte público ou privado que cuida do deslocamento de alunos matriculados na rede regular de ensino no perímetro urbano e rural, observando-se o itinerário percorrido entre a residência do aluno e da escola, assim como entre esta outros lugares relacionados à atividade escolar curricular e extracurricular”.

Por que se exige tanta segurança para o transporte escolar, tantas vistorias, equipamentos? E quando tem que ter a excursão, a atividade extracurricular, se chama o fretamento? (Palmas)

Então, na atividade curricular e extracurricular para a segurança das crianças é transporte escolar que se chama.

Estaremos apresentando essa Emenda.

O pessoal dos outros Municípios vem sofrendo muito com a inflação, com regra do artigo 138, inciso IV, em que o escolar não pode ter uma multa grave, gravíssima, ou duas multas médias. O escolar que toma multa grave em outros Municípios fica um ano sem poder trabalhar: Taboão da Serra, Itapeverica da Serra, Embu das Artes, ABCD inteiro. Eles estão

sofrendo, por causa de uma multa. E que o DTP daqui não me ouça, porque, graças a Deus São Paulo não está aplicando a regra. Aplicavam essa regra no TEG há 11 anos, com uma multa não se renovava o contrato.

Nós vamos revogar essa arbitrariedade. Já falei até com o Presidente da República. Ele falou: “Abou Anni, ponha na lei”. E nós vamos colocar na lei.

Mas, também, não é só felicidades.

Para que tenham uma ideia do que tramita na Câmara dos Deputados, um Projeto que obriga a presença do monitor; que limita a vida útil do transporte escolar; cria uma relação de estudantes que tem que ser homologada pelo Detran, o que burocratiza o sistema; câmara interna e assim por diante, mas já relacionei algumas questões.

Por último, para concluir, sendo respeitoso e democrático para com todos em razão do nosso tempo, eu queria fazer um pedido aos Vereadores desta Casa Legislativa, em especial, Vereadores Senival Moura, Toninho Vespoli, Adilson Amadeu que está representado, o Vereador Gilberto Nascimento que já conversou comigo, que peguem a coautoria dos meus projetos que estão avançados nesta Casa, mas que precisa de um Vereador para colocá-los a votos, porque se não o projeto fica parado nas Comissões e não avançam.

Posso dar alguns exemplos de projetos avançados que estão aqui: o que amplia a vida útil do transporte escolar para cinco anos; que libera o *insulfilm* já aprovado em primeira votação; que cria estacionamento exclusivo na porta das escolas.

Então, são vários projetos, mas, infelizmente, com a nossa saída em 2017, os projetos ficam arquivados. Coloco os projetos à disposição dos Vereadores desta Casa, venho a qualquer momento para assinar a coautoria, para que eles continuem tramitando nesta Casa Legislativa.

Senhores e senhoras, eu quero agradecer o carinho, o convite para esta audiência pública, e coloco meu mandato à disposição. Lembro que meu celular continua o mesmo número há 23 anos. Ele está exposto nas redes sociais, na minha página no Facebook, na página da Câmara dos Deputados. Estou à disposição e para servir a categoria dos condutores

de transporte escolar.

Para encerrar de vez, eu quero lembrar que nós fizemos indicação legislativa para Prefeitos antigos para liberarem os corredores e a faixa exclusiva do transporte escolar. Não responderam a nossa indicação legislativa. Então, eu faço um pedido para os representantes do Governo Municipal que estão presentes nesta audiência: que levem essas demandas para o Governo, façam o Bruno Covas o nosso Prefeito de São Paulo deixar registrada a marca dele na categoria; a categoria precisa de uma atenção; a categoria a clama há anos, quantas audiências, quantas promessas, por favor, é o meu pedido. Levem a sério as nossas audiências públicas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ouvimos as palavras do Deputado Federal Abou Anni. Passo a palavra rapidamente para o para fazer uso de quantos minutos forem necessários o nosso companheiro Vereador Toninho Vespoli do PSOL.

O SR. TONINHO VESPOLI – Então, quando eu pedi para o Vereador Adilson Amadeu e para o Vereador Senival Moura esta audiência – porque sou da Comissão de Educação, mas, eles, de pronto, falaram “vamos fazer porque é importante”-, para estabelecer eu acho um diálogo entre a Comissão de Transporte, a Comissão de Educação, vocês e o Governo.

Então, aqui, estamos tentando criar diálogo com o Governo. Não é de bom tom a gente chamar as pessoas que estão aqui de mentirosas, se não o diálogo já é quebrado. Estamos aqui para tentar dialogar e, por mais, dificuldades que tenhamos, a gente levantou um monte de dificuldade, mas acho que estamos buscando o diálogo, e o diálogo pressupõe respeito. Queria ter falado isso antes, mas acabei esquecendo.

Ao mesmo tempo, eu acho que o que as Comissões esperam e todos os transportadores escolares é que a gente consiga, à medida do possível, falar com o Governo e dar respostas concretas; se não tiver como dar essas respostas concretas, mas que se estabeleça um prazo para dar essas respostas para a audiência pública não ficar parecendo

que escutamos, cada um vai para casa, o Governo vai para casa, mas quando a essas respostas vão ser dadas efetivamente? Então, quando essas respostas vão ser dadas efetivamente? Dá para pensar daqui a dois meses a gente se encontrar de novo? Dá para ter um grupo de trabalho com alguns representantes daqui para discutirmos algumas questões? Como a gente vai fazer?

A gente tem que ver, por exemplo, quando trago um problema da DRE, tem DRE que dá respostas rápidas, tem DRE que não. O que a Secretaria vai fazer para que todas as DREs deem resposta rápida? E, sendo muito honesto, essas crianças que começaram a ter seu direito revertido porque o Vereador foi lá, mas não é toda mãe que conhece o Vereador ou esse outro ou outro. E essas mães que não conhecem Vereador? Para ouvir um “não” da DRE... ela não sabe que tem direito, que tem que procurar a Defensoria Pública ou o Ministério Público.

Então, qual vai ser a atividade da Secretaria para cobrar isso das DREs? Em São Mateus que, para mim, é um caso gritante: essa criança que é cadeirante, depois que eu fui lá, demorou, praticamente, um mês para resolver o problema dela. Ela já tinha perdido 7 meses aula, perdeu mais um mês até resolver.

E tem vários outros casos na DRE que a mãe mora no mesmo lugar, porque a Prefeitura foi lá de repente e mudou as numerações da rua, porque regularizou. Agora, ela conta como outro número, mas ela fala “moro no mesmo lugar”; demora um ou dois meses para alguém da DRE ir lá na casa da mãe.

Então, vocês têm que dar uma resposta concreta. Qual vai ser cobrança da DRE? Qual vai ser a metodologia? Porque, se não, cada DRE faz do jeito que quer. E, aí, aquelas que administram melhor, vão dar uma resposta mais rápida. Naquelas em que não administram muito bem, a criança vai perder o seu direito? Eu queria essa resposta.

Outra coisa: um novo modelo. Todas as vezes em que se conversou com esta categoria, antes de publicar a nova Portaria, não deu confusão, mesmo que a categoria entendesse que ela não foi contemplada em todos os seus pedidos. Ela ficou chateada em

alguma coisa, mas o diálogo... então eu acho que o que eu tenho que saber da Secretaria: antes de publicar um novo modelo, vai ter uma conversa com as principais lideranças da categoria? Porque aí discute entendeu? Não vai ter problema, não vai ter ocupação de Secretaria, mas ser pego de surpresa, vendo uma publicação, sem a categoria saber, é ruim.

Então, a gente quer saber isso concretamente: vai ter diálogo ou não vai ter diálogo?

Outra coisa que eu fiquei contente: falando da fiscalização, é importante. Mas também vimos um monte de denúncias. É importante, mas quais ações concretas serão feitas? É isso que queremos saber. Porque senão fica apenas que é importante, mas só o importante é pouco.

Queremos saber mesmo se precisam de alguma ajuda da Câmara Municipal? A Câmara está disposta a ajudar, até de ir junto com a fiscalização. Querem que o Vereador vá junto? Iremos juntos. Mas queremos saber quais serão as ações, porque o que foi mostrado aqui é um absurdo. Um transporte sem placa, sem nada. É um absurdo.

É mais absurdo ainda quando os órgãos públicos ficam sabendo do problema e o profissional continua operando. Se o funcionário público está prevaricando nas suas funções é problemático. Inclusive é questão de sanção administrativa quando o funcionário público é colocado em questão e a operação continua a mesma.

Que é importante já se sabe, mas queremos saber o que será feito?

A gente quer saber concretamente qual a possibilidade de o Governo separar o TEG do particular. Tem? Não tem? Vai estudar isso? Vai dar uma resposta? Quando?

Sobre o decreto e as transferências, perguntamos se é possível detalhar um pouco essas transferências? Dá para falar assim: o pai que resolveu tirar o filho que mora perto para um lugar mais longe, porque ele acha que a escola é melhor, de repente, esse tipo de transferência não vai ser atendido na TEG.

Ainda fica a dúvida sobre os outros tipos de transferências, elas serão atendidas? Não vão? Tenho certeza de que a categoria não está esperando “sim” de tudo. Mas quer

respostas, se vai ou não, e os motivos.

O CRM tem de dar uma resposta. Vai fechar ou não? Se for fechar, como vai ser? Porque senão fica o pedido: vai fechar? Vamos escutar? E aí? A gente precisa de uma resposta, de fato, se vai fechar ou não. Pode também responder que, se não for fechar neste momento, estão estudando para a próxima portaria. Mas o que vai acontecer?

Eu sei que há coisas que estou perguntando que, se eu estivesse aí, também não teria resposta. É louvável.

Mas vai ser estudado? Vamos dar um prazo para dar a resposta se vai ou não fechar o CRM?

Para terminar, o Abou Anni tocou num assunto que achei importante. Inclusive, conversamos com o antigo Secretário João Cury, com o pessoal da UGTESP, nós fizemos esse pedido. Você estava, Fátima, na reunião. O Cury já ia fazer o estudo se o pessoal poderia fazer as atividades escolares das crianças. Agora mudou o Secretário, mas o João Cury estava avançando.

A gente quer saber se tem essa possibilidade? Não tem? É possível pensar nisso na próxima portaria? Mas nós gostaríamos de respostas concretas. Se não houver, não tem problema. Mas vamos pensar um prazo para dar a resposta concreta.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Só para registrar, nobre Vereador Vespoli, mudou o Secretário, mas o Governo é o mesmo. A gente entende que deve manter.

Antes de fazer as minhas observações, quero registrar o manifesto que veio do gabinete do Vereador Mario Covas Neto.

- É lido o seguinte: (Ofício 174/2019)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O Vereador justifica a razão de não poder comparecer no dia de hoje.

Conforme as falas anteriores, eu anotei alguns pontos que acredito sejam pertinentes, até para corroborar com o que foi sugerido por todos que tiveram a palavra. Creio que, mais do que justo, seria estabelecer um teto do sistema de transportes. Fechar isso. Estabelecer um teto de salário para cada veículo - foi o que vocês falaram. Não é isso?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Estabelecer um teto de remuneração - é isso? (Palmas) - para o Governo poder responder. É a sugestão que vocês apontaram aqui.

Outro apontamento que vocês trouxeram, penso que é muito pertinente também, diz respeito à fiscalização, especialmente sobre a clandestinidade. Acho que é fundamental, eu diria muito mais simples de fiscalizar e o Governo ter uma resposta o quanto antes.

O último que quero apresentar para vocês, também sugerido nas falas, o Vereador Toninho acabou de mencionar, qual o prazo razoável que o Governo entende que precisa para dar resposta para a douta Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia? Também queremos saber. Precisamos ter o encaminhamento, mas precisamos também de prazo para o retorno. Isso fica para o Governo também responder.

Só para finalizar, a Secretaria da Educação tem a demanda e a de Transportes assume a gestão operacional. Qual o problema que há de um garantir isso e o outro só cuidar da operação? Eu entendi que há certa confusão no sistema como um todo. Fica essa pergunta para vocês responderem.

Não sei se vamos seguir na mesma ordem que começamos.

A Fátima está representando aqui o Secretário de Educação, depois o José Luiz Nakama, representando a Secretaria de Transportes. Por fim, o Ladeilton, respondendo pelo DTP, algumas perguntas que surgiram.

Tem a palavra a Fátima Abrão, Coordenadora de Gestão e Organização Educacional.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Vou começar a partir da última fala do senhor, porque creio que esclarece algumas coisas.

O programa, realmente, é dividido entre as duas secretarias. A Secretaria da Educação cuida da organização das crianças, fica a seu cargo também o critério de atendimento, o diálogo com as famílias e com as unidades, e de informar ao DTP a quantidade de crianças previstas para o próximo ano, por exemplo.

As questões que envolvem o contrato, até os critérios do credenciamento - apesar de a gente ter diálogo com as duas secretarias, é óbvio - são de responsabilidade da Secretaria de Transportes.

Quase todas as pessoas que falaram, mencionaram sobre a separação do particular e do TEG. Isso para Educação não é nenhum problema, porque já é uma reivindicação antiga. Nós mesmos acreditamos que seria melhor, por isso editou-se a portaria de 2018, que acabou acontecendo tudo aquilo. Ela foi revogada. Isso não é problema, mas eu entendo que a separação do particular do TEG nos obriga também.

Como consequência, os condutores esperam que a remuneração e o planejamento da demanda sejam realizados pelo Poder Público para que a gente possa garantir a demanda para os condutores. Isso não foi possível dentro desse modelo do credenciamento. Pelo menos do jeito que ele está posto agora.

O modelo com que nós trabalhamos hoje não permite que o Poder Público faça essa interferência. Falando de outra forma: ele não permite que a Secretaria da Educação possa distribuir as crianças nos veículos, porque a gente não tem o critério para isso. Como que vou escolher, ou seja, encher um veículo desse condutor e desse não? A gente não tem critério para isso dentro do credenciamento, porque a escolha das famílias é livre. Dentro desse modelo, não é possível que a gente faça isso, neste momento.

Nós estamos próximos do fim desse modelo, o outro será programado para setembro do ano que vem. Até no começo do ano que vem a gente precisa pensar num novo modelo. Isso pode e deve ser considerado sim como uma forma para atender esse pedido, porque a gente acredita que é bom, inclusive, para a nossa organização na Educação.

Dentre as questões que foram trazidas, que fazem parte do escopo da Educação,

que dizem respeito à organização da demanda das crianças, eu queria esclarecer um pouco com relação à distância e o que dará direito ou não ao transporte.

A base do Sistema EOL, que é o sistema de matrículas de todas as unidades da rede é do *Google*, é o mesmo. Nós usamos o *Google*. Temos uma licença para trabalhar no EOL, então a distância é a mesma. Acontece que quando a gente vai definir se o aluno tem direito ou não ao transporte, a rota que se usa é “a pé” para a criança. O que a criança teria de percorrer da casa dela até a escola se ela for a pé.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Então. Se a escola fica há mais de dois quilômetros, a criança tem direito. Nessa definição, se a criança tem direito não levamos em consideração a distância de carro, mesmo, porque estamos falando do direito da criança. Se a criança teria de percorrer mais de dois quilômetros, ela tem direito ao transporte. Nós partimos do ponto de vista da criança. A Educação organiza, o atendimento é para a criança.

O percurso que o transportador vai fazer, o que isso vai incidir no valor para ele transportar, não é levado em consideração nesse momento, porque a gente está falando da criança. As distâncias que vocês viram e que geraram dúvidas como, por exemplo, a distância do *Google* está dando mais. A distância obtida no *Google* dá cinco e a gente está falando só do percurso da criança, entre a sua casa e a escola.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Então. O georeferenciamento é o mesmo do *Google*. O *Google* é frio.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Nós moramos numa cidade que possui franjas, onde o *Google* tem dificuldade de identificar algumas ruas. Nem todas as ruas são...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pessoal, por gentileza.

Não é debate, novamente. Ela está respondendo.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Nós vamos ter de abrir um novo debate. Eles vão responder uma série de dúvidas formalmente. (Pausa) Senão ela não consegue concluir. Ela vai falar.

Vocês entenderam o que eu falei? Eu quero resposta, a que for formalmente para a Comissão. Eles vão ter de escrever e mandar para cá.

Haverá dúvidas, é lógico. Agora, não dá para ficar assim senão ela não consegue se expressar.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Deixem que ela conclua. Ao término da fala dela, se vocês tiverem dúvida, perguntem que eu peço para ela responder, novamente.

Vamos lá, Fátima.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Enfim. Esse é o modelo, o sistema é assim, estou apenas esclarecendo como que funciona, para podermos definir se a criança tem ou não direito ao programa no quesito da distância.

Algumas pessoas perguntaram sobre o assento duplo. Nós não tivemos nenhuma orientação diferente do que a que já vínhamos trabalhando nos últimos tempos. Nós podemos reafirmar isso com as DREs.

Quem realmente define, vamos dizer assim, para o setor de transportes se há necessidade de pagamento do assento duplo ou não é o setor que se chama SEFAE, com o qual nós trabalhamos. Eles são especialistas e dizem para o setor de transporte se o caso é ou não de pagamento de assento duplo, porque eles fazem o acompanhamento de crianças com deficiência.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Não. Nenhuma não.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Então. Agora não é possível com essa

resposta, mas não houve orientação diferente da Secretaria com relação a assento duplo. O SEFAE continua definindo se o pagamento é devido ou não.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Fátima, não há nenhuma orientação, por parte da Secretaria, para suprimir esse (Ininteligível)?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não há orientação?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Isso está partindo diretamente de onde?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Nós temos reuniões mensais com setores de TEG para discutir. Eu posso na próxima, me comprometo reafirmar com ele se aconteceu alguma coisa nessa conversa com o SEFAE, porque nem eles nos trouxeram se há algum tipo de problema.

—
- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Você pode, por favor, fazer essa consulta e encaminhar resposta à douta Comissão? Por gentileza.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Sim. Sem nenhum problema.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Continuando a responder as perguntas que foram feitas. Eu gostaria, por favor, que o condutor Ralph me procure ao final. Não sei onde ele está.

- Manifestação na galeria.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - Se o senhor puder me procurar ao final, não há nenhum problema, já fizemos inúmeras vezes o percurso da barreira física. No final, nós podemos conversar sobre isso.

A condutora Doris fez algumas perguntas diretas, dentre elas, sobre o assento duplo, a senhora já conversou comigo na Secretaria. Se a senhora quiser encaminhar os casos específicos, não há problema, respondo direto para a senhora o que aconteceu. Se foi o

SEFAE que definiu ou não, se o pagamento foi devido ou se foi cortado.

Sobre o contrato de TEG Especial, ele recentemente foi trocado. Antes todos tinham contrato emergencial, certo? Vindo com o credenciamento, parte desses condutores passou para o credenciamento. Outros condutores, cerca de 240, fazem um atendimento para a Educação, que é diferenciado do resto da rede.

São atendimentos realizados em alguns tipos de escolas da Educação, mas cujo trajeto fica grande. São escolas de educação especial, exclusivamente, de crianças com deficiência, os CIEJAs e as EMEBs, que atendem os alunos surdos. Para essas escolas o modelo do credenciamento não seria possível para o condutor, porque são poucas crianças e as distâncias são bem consideráveis.

Nós temos crianças no transporte, vocês sabem disso, para as quais a distância é de 40 quilômetros, principalmente nas escolas de educação especial. Elas vêm do fim da zona Sul para fazer o atendimento no Centro. As escolas estão concentradas na Avenida Ipiranga.

Nesse modelo atual de credenciamento, não seria possível esse transporte porque financeiramente o condutor não consegue manter um veículo, com três ou quatro crianças, no valor que a gente paga.

Então a condição do TEG Especial não se aplica para crianças com deficiência - elas estão em quase todas as escolas, uma vez que a política da Prefeitura orienta para que fiquem na nossa rede municipal -, mas sim para as crianças que são atendidas nessas escolas. Pelo número reduzido na Cidade toda, nós temos de fazer esse atendimento e a distância é muito grande.

O contrato que a senhora tem não é do TEG Especial - apesar de a senhora transportar crianças com deficiência. A gente considera essa escola comum, ou seja, é uma EMEF, uma EMEI, onde há crianças com deficiência, mas o atendimento é parecido com as crianças que não possuem deficiência. É um dos critérios do entorno, dos outros critérios que a gente atende no transporte.

Esse TEG Especial, justamente para que esse veículo possa ser mantido, ele tem

um valor fixo para garantir que o condutor consiga trabalhar com o veículo com mais duas ou três crianças que geralmente o condutor já tem.

Sobre o reajuste do *per capita*, pelo credenciamento é feito pelo IPC-FIPE, conforme o que foi concedido.

Tivemos uma conversa com o Prefeito, alguns representantes de vocês foram conosco e o nosso Secretário. O Prefeito concedeu um aumento um pouco maior para ficar igual ao aumento do ano passado.

Sobre o pagamento das atividades complementares, pergunta também que a senhora fez. O que rege a prática, inclusive, do pagamento, é o que está estabelecido no edital de credenciamento que foi publicado e lá, apesar de eu saber que nós temos divergência no entendimento do texto, diz que quando a criança precisa de uma viagem a mais para fazer a sua atividade extracurricular, seja o que for, ou curso, ou Sae, temos que fazer o pagamento adicional. É o que aplicamos hoje. Quando a criança faz o atendimento regular, ela volta para casa e depois ela volta para escola para fazer o atendimento do curso que ela faz, a gente faz o pagamento. Quando a criança entre às sete horas da manhã e depois ela fica além do seu horário para o atendimento da atividade complementar, a criança tem uma viagem toda, então, o pagamento é feito por uma viagem só.

Eu sei que temos essa divergência, entendo que vocês falam que a criança fez uma viagem, mas o condutor precisou busca-la. Esse é um ponto que podemos melhorar e tentar discutir e para um próximo modelo tentarmos rever, porque em outros momentos, até fizemos esse pagamento, antes do credenciamento de outra forma. Não é um problema, mas, por enquanto, como o modelo está assim, precisamos seguir como está no edital de credenciamento.

O diálogo sobre o novo modelo eu vou levar para conversar internamente na Secretaria, mas acredito que não tenha nenhum problema a gente fazer isso junto com os representantes da categoria, nem poderia ser diferente, como fazemos com outras coisas. As nossas mudanças com os professores também são discutidas junto com a categoria, enfim.

Sobre a demora no retorno da DRE. Nós trabalhamos com treze diretorias e realmente temos internamente alguns problemas. Poderíamos estabelecer agora de pronto, entendemos até as reclamações que os condutores nos trazem do seu gabinete e até como uma parceria de trabalho. A Secretaria quer realmente atender as crianças que têm o direito. É o nosso dever. Quando eu tenho uma reclamação de uma criança que tem o direito e não estamos fazendo a nossa parte, não é problema nenhum.

As crianças demoram às vezes para serem atendidas porque nesse edital não temos como obrigar o condutor a atender as crianças. Às vezes, temos uma criança sem atendimento e os condutores que estão naquela DRE ou escola, seja qual for o motivo, não querem ou não podem atendê-la e a gente precisa fazer todo um tramite de passar essa demanda para a DRE, depois para todos os condutores e temos feito isso. Publicado, mandado no *e-mail* dos condutores. Não temos como obrigá-los. O limite dessa atribuição, a criança compulsória é no DTP e fazemos isso em último caso.

Quando encontramos uma situação que o condutor teria até possibilidade de fazer o atendimento e precisamos fazê-lo porque a criança está aí, daí encaminhamos para o DTP fazer isso, porque é o rito que está dentro do edital, então, às vezes a demora do atendimento é por causa disso. Não temos um dispositivo para chamar condutor e dizer que a criança está dentro do perfil e que ele precisa fazer o atendimento. Tem todo um caminho que precisa seguir para que isso aconteça.

Sobre a transferência das crianças. Hoje o modelo que está aí é justamente esse. Quando a mãe transfere uma criança para uma escola que fica a mais de dois quilômetros porque ela acredita que aquela escola seja melhor, seja lá o motivo, tem um caráter preferencial. Quando ela prefere que a criança fique mais longe de casa, costumamos falar que o transporte escolar é uma necessidade nossa. Quando não temos vaga perto de casa e precisa colocar a criança longe é justo que paguemos por esse transporte porque não é uma decisão ou opção da família. Quando ela opta por uma escola mais longe, seja o motivo que for, a criança não tem direito.

Nos casos de transferência por mudança de endereço, se ela cair numa condição de escola mais longe teria. Podemos ver se estamos com algum problema em relação a isso, nessa orientação, que é clara na legislação, tanto do TEG quanto da matrícula, que a criança só não tem direito nos casos preferenciais.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Nós já tivemos essa conversa algumas vezes, quando o senhor esteve na Secretaria. Entendo o que o senhor quer dizer, mas o que está escrito no edital de credenciamento...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Nós entendemos o entendimento da categoria, mas o que está escrito no edital hoje, não podemos fugir, é uma regra, o edital está posto.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não dá para discutirmos aqui aquilo que está escrito no edital, que é do ponto de vista legal, então, tem que pegar o jurídico e discutir isso. Não dá para discutir numa audiência pública.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – O jurídico de ambas as Secretarias fazem esse atendimento e temos uma recomendação para isso...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Vamos combinar o seguinte, até para resolver esse problema, vamos pegar o jurídico dos mandatos, vamos combinar com a Fátima e o jurídico da SPTrans, aliás, da SME, até para entendermos isso e respondermos para vocês. Está combinado assim. Se não, vamos ficar debatendo esse mesmo ponto. Vamos combinar dessa forma, Fátima? Na próxima semana...

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – O jurídico da Secretaria de Transportes, o edital é deles.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O jurídico é da SPTrans, da Secretaria de Transportes, na próxima semana. O prazo é a próxima semana para podermos discutir isso daí, ok. Se não vamos ficar debatendo isso e não vamos chegar a nenhum acordo porque vocês

transportaram, não receberam, tem razão e a Secretaria de Transportes disse que não pode pagar porque está escrito no edital. Vamos entender juridicamente. Alguém tem de pagar, se for transportado, hoje quem está pagando são vocês, não é isso? Ela não vai ter condições de responder isso agora.

O SR. TONINHO VESPOLI – Acho que é tranquilo e fica comprometido o Jurídico do Gabinete do Senival e o nosso. Agora, só para a Fátima saber, que às vezes, não veem as coisas da DRE na Secretaria. Toda a questão de transferência pode ser o que for, a mãe separou, morreu o pai que tomava conta sozinho daquela criança, agora é a vó e ela mora em outro lugar. Tudo eles falam que é preferencial. Todas as DREs que fui até agora falam que qualquer transferência é preferencial e corta. Não é só o preferencial, esse é que é o problema. Porque se só fosse isso eu estaria de pleno acordo. O problema é que estão usando o preferencial e jogando para tudo e aí não dá. Esse é que é o problema.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Vamos verificar e trabalhar nisso, até porque o nome que usamos no sistema na transferência é até diferente. Esse cadastro preferencial se chama intenção de transferência que é realmente quando há a intenção da família de fazer uma mudança por preferência, mas podemos melhorar nisso se estamos tendo conflito.

Continuando, sobre o transporte escolar para passeio das crianças. Estávamos num caminho na Secretaria de Educação de poder fazer, isso é uma reivindicação da própria rede, que as crianças tenham orçamento para poder ter possibilidade de fazer mais visitas na cidade, tanto os pequenos, quanto os do fundamental. Estávamos nesse caminho e conversei com alguns representantes para isso, mas, perto da publicação, soubemos de uma lei municipal que proíbe que o transporte escolar faça esse tipo de transporte por ser considerado um fretamento.

O SR. TONINHO VESPOLI – Isso o nosso jurídico já viu isso e nós já estamos protocolando um projeto para mudar essa lei de fretamento para resolver isso.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Diante dessa lei não foi possível, pelo

menos nesse ano que a gente começasse a fazer esse transporte escolar que é com vocês que atendem o TEG e seria muito bom. A diretora já conhece as famílias, talvez, até ficasse mais barato e não haveria problema algum. Com a mudança da lei, é bom saber que está encaminhado, isso não vai ser problema algum para nós.

Aqui veio uma pergunta por escrito das pessoas que estão noutra local. É porque as pessoas que fazem uso do TEG especial aos 30 anos perdem o direito. Na verdade, ele está falando dos adultos que fazem algum tipo de atendimento nessas escolas de educação especial que são jovens e adultos com deficiência. Com 30 anos, na verdade, ele perde o convênio com a Secretaria de Educação porque passa a ter um convênio com a Secretaria de Assistência Social. É uma legislação específica da Educação Especial, não sei se cabe eu me estender nisso, mas enfim, por conta dessa legislação que os alunos só ficam conosco até os 30 anos nesse atendimento de deficiência na Educação Especial, então, ele perde essa matrícula e continua até no mesmo local só que por outro convênio que é da Assistência Social. E lá o TEG não atende a Assistência Social, então, não é um problema do TEG, é com a matrícula porque ele troca de convênio.

Das questões que envolvem a educação é isso que temos nesse momento, demais respostas nos comprometemos a enviar à Comissão e até um estudo para um próximo modelo para o ano de 2021. Daremos notícia porque precisamos conversar as duas Secretarias, até a mudança do próprio, da implantação do DTE, também nós esperamos essa implantação para poder começar esse início de conversa. Nós tivemos trocas de Secretários em ambas Secretarias, mas enfim, em breve a gente começa esse estudo e podemos sim fazer isso compartilhando com as lideranças na categoria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sobre a questão da demanda, a demanda é da Secretaria de Educação, o transporte das crianças é da Secretaria de Transportes, não seria prudente encaminhar toda a demanda para a Secretaria e a Secretaria cuidar do restante? Acho que facilitaria e resolveria alguns problemas porque um dos apontamentos que

foram feitos aqui. Toda a demanda é da Educação, agora, quem transporta, quem conhece transporte e conhece os problemas porque, pelo que eu entendi, eles imaginam que vocês usaram um sistema de informação, GPS, etc e tem um ponto, uma barreira física até a linha do trem, por exemplo, tem uma passarela e acaba dificultando.

Não seria prudente que a Secretaria de Transportes cuidasse de tudo isso e a Educação cuidasse só da demanda para tentar resolver esse problema?

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Eu acredito que essas questões de barreiras físicas sejam muito próprias da Educação porque é onde nós alocamos as crianças, são onde as nossas escolas estão. Na verdade nunca tivemos essa discussão com a Secretaria de Transportes de mudar os nossos processos. Hoje a divisão é clara entre as questões de contrato de veículos e documentação de veículo e do condutor, enfim, toda essa parte da Secretaria de Transportes e só nos oferecem os condutores. Esses veículos estão aptos a fazer o transporte escolar e daí organizamos as crianças e seguindo os critérios que foram estabelecidos pelo ECME. De verdade, nunca tivemos uma conversa para mudar esses ritos entre as duas Secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Mas você sai daqui com o compromisso de pensar um pouco sobre isso? Eu acredito que resolveria o problema da logística, na minha visão.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Precisamos pensar melhor sobre isso se alguma mudança nos nossos processos entre as duas Secretarias possa facilitar ou não o programa e o processo, facilitar a vida dos condutores e principalmente das crianças e das famílias que é público que a atendemos. Podemos pensar sobre isso e aceitamos sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Rapidamente, passamos para o Sr. José Luiz Nakama, que está representando o Secretário Edson Caram.

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Grande parte das questões, realmente, diz respeito à Educação e até entendo que existe toda essa angústia dos presentes em terem respostas e talvez queiram até soluções hoje, mas isso hoje são coisas quase impossíveis. O importante,

em minha opinião, é que exista sempre um diálogo aberto e constante para que vocês possam canalizar essas reivindicações e esses problemas para que possa ser analisado de uma forma imparcial pelas duas Secretarias.

Com relação ao transporte, uma reclamação foi sobre algumas questões que dizem respeito ao veículo, mas vocês sabem muito bem que o transporte escolar tem uma dupla regulamentação, que é estadual, que é o DETRAN e as resoluções do Contran e outra que é municipal. Quando diz respeito a estado de veículo, assessórios e tudo o mais essa competência é do Estado. Com relação ao ônibus sem placa, realmente, é uma falha lamentável, mas não é só da Prefeitura porque qualquer veículo sem placa, transitando numa cidade tem de ser apreendido, não importa se é escolar ou não. E essa apreensão, por estar sem placa, é de competência do estado. O estado poderia muito bem ter apreendido esse veículo.

O SR. TONINHO VESPOLI – Estão chegando várias denúncias de clandestinos. Não é um caso isolado. A gente quer saber o que é que a Secretaria vai fazer. Qual é o canal que eles têm para denunciar e qual a efetividade, fora as denúncias. Você tem a fiscalização para ir para rua tomar conta disso. Não dá simplesmente para...

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – É por isso que, não é verdade, a intenção da criação do DTE exatamente para que a categoria tenha uma atenção mais específica porque até então toda a parte burocrática de documentação, de atendimento e principalmente de fiscalização ela é genérica, ou seja, o mesmo fiscal que fiscaliza o clandestino do escolar, ele também fiscaliza o clandestino do fretamento, do táxi, do moto frete, ou seja, todas as modalidades regulares reclamam dos clandestinos, todas, não só vocês. Este problema infelizmente é comum a todas as modalidades. Os táxis quase que diariamente reclamam de algum veículo que ficam nos pontos angariando passageiros. Então, essa reclamação é verdadeira, mas é infelizmente de todas as categorias.

Nem sempre temos essa estrutura e esse recurso para fazer frente a todas. Por isso que é a intenção aqui de ser criado o DTE é que se comece a ter um grupo que pense

muito mais no escolar. Não vai ser da noite para o dia que vamos conseguir fazer isso, mas só o fato de já ter um canal mais direto que vocês possam reclamar, encaminhar as suas reivindicações acho que já começa a se vislumbrar alguma solução.

Com relação à circulação nos corredores, esse assunto já está sendo discutido há muito tempo, desde o ano passado, ou retrasado, se não me engano, no Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, até na semana passada teve uma sessão. Eu não sei se alguns de vocês compareceram e está sendo discutido isso. Não é também um assunto tão simples porque igualmente a esse problema que vocês têm, várias categorias reivindicam também essa liberação. O Táxi, por enquanto, é o único que conseguiu, mas há várias outras categorias, vocês não têm ideia da quantidade de categorias que reivindicam liberação do corredor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Sim, mas acontece que existe uma política de que o transporte público de massa tem de ter prioridade total. Então tem de ser feita uma avaliação, há até uma proposta de entidades ligadas ao escolar de que sejam testados alguns trechos.

Tecnicamente sempre enxergamos um problema com a liberação de outras categorias que não sejam ônibus no corredor. Vocês devem ter presenciado muito isso com o táxi. O táxi circula muito no corredor quando interessa para ele, quando para o ônibus ele sai do corredor e volta novamente, para, volta. Ou seja, se transforma numa situação perigosa. É diferente do ônibus que é obrigado a ficar sempre circulando naquele corredor.

Agora, quando outros veículos que já estão liberados, provavelmente vocês já devem ter se defrontado, levamos até um susto quando um táxi sai repentinamente de trás de um ônibus, ocupa novamente a faixa normal e volta novamente. Se aumentarmos muito vai aumentar também o risco e a segurança do trânsito é uma coisa muito importante. É com a fluidez e segurança que temos de nos preocupar.

De qualquer forma não existe ainda uma resposta definitiva se sim ou não. Está sendo discutido e acho que nas próximas reuniões do CMTT seria interessante que vocês também comparecessem para que acompanhem essa discussão. Não participei da última

reunião, mas me parece que será feito um piloto para ver qual o efeito com relação ao trânsito em geral e ao transporte público de massa para dar um parecer técnico definitivo da liberação ou não. Mas é assunto que ainda está sendo estudado.

Esse problema principal que vocês estão apontando do modelo de pagamento, vocês acham que o correto seria ter um piso – não é nem um teto – que garanta uma rentabilidade mínima e possa custear o transporte. Esse é um assunto tipicamente para ser discutido nesse novo modelo.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Na verdade o teto era o teto de inscrição, fechar o CRM, a remuneração seria por veículo. Acho que na hora acabei fazendo confusão.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Isso. Fechar o CRM...

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Esse fechamento do CRM realmente é um assunto que deve ser discutido nesse novo Edital, porque é um novo modelo...

- Manifestação do público.

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Não. Existem duas vertentes aqui, uma é o TEG que também quer que seja limitado esse credenciamento e o outro, o CRM, que é de forma geral.

Acontece que o serviço escolar sempre foi entendido como uma livre iniciativa regulada pela demanda. É um pouco diferente do táxi que é um serviço de interesse público e na verdade seria executado pelo Estado e sob permissão pelos permissionários. Por isso que nesse caso, quando se trata de um serviço de permissão tem de ser limitado realmente.

Agora quando digo concorrência já é diferente. Então o que tem de ser estudado é um novo modelo talvez de transporte escolar para que possamos eventualmente limitar. E quando falamos em limitação temos também de ter um edital de concorrência. Esse é um problema que vocês precisam discutir entre vocês e também refletir, porque quando você vai, por exemplo, aumentar eventualmente os táxis ou qualquer serviço permitido, você tem de ter uma concorrência porque você escolher qualquer um. Tem um critério.

Então esse modelo tem de ser estudado e verificado para ver se é o melhor para a categoria. E depende também de alterações na lei. Acho que está aí um grande trabalho dos Vereadores para que seja discutido e verificado o que é melhor para a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Fui informado pela assessoria que devemos entregar ao plenário, deveríamos porque era às 13h e já são 13h03, então não dá para estender muito.

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Para encerrar, não dá para querer ter definições hoje.

- Manifestação do público.

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Mesmo que seja da noite para o dia, obviamente existem todos os trâmites que devem ser adotados, as competências. Hoje viemos aqui – eu e a Fátima – para ouvir as reivindicações de vocês. Vamos levar para os nossos Secretários, que por sua vez, vão conversar com o Prefeito, porque essas decisões não são tomadas no nível operacional.

Então obviamente tudo o que vocês reivindicaram está anotado e vamos levar para os nossos Secretários. Não adianta querer definir hoje uma resposta, mesmo porque essa resposta não está dentro da nossa competência. Obviamente é importante que seja mantido sempre esse diálogo. E volto a repetir, esta audiência pública é talvez uma das primeiras. Vamos ter outros contatos para que vocês possam apresentar as suas reivindicações, o importante é que tudo isso já está sendo anotado e vai ser levado para os nossos Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sr. José Luiz, e quanto ao prazo, qual seria um prazo razoável para vocês nos responderem?

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – A primeira providência, estava até sugerindo para a Fátima, que fosse criada uma Comissão Intersecretarial, inclusive, deve ser discutida para o novo edital, se essa proposta for acolhida pelo nosso Secretário devemos criar essa Comissão. E aí podemos estabelecer mecanismos de discussão com a categoria. Podemos fazer alguns cronogramas em conjunto com a Câmara também, para que possamos ter esse cronograma.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Falamos anteriormente que vamos sugerir ainda esta semana uma reunião dos departamentos jurídicos para tratar daquele assunto específico, coisa pontual. E vamos estender essa conversa para que possamos reunir Vereadores com o Secretário de Trânsito e Transporte para tentarmos discutir algo mais pontual desses assuntos. É algo que vocês precisam para ontem e vamos tentar de comum acordo fazer isso.

Concluindo, José Luiz.

O SR. JOSÉ LUIZ NAKAMA – Sim. Não adianta querer estabelecer prazo aqui só para que vocês saiam satisfeitos e não conseguirmos cumprir nada. O importante em minha opinião é o seguinte: estamos nos comprometendo a manter aberto este diálogo e a definir os prazos que forem possíveis após a careação desta Comissão, junto com os Vereadores.

— Não adianta quereremos definir algo aqui que de repente não temos ideia. Temos de primeiro levantar qual é o volume de trabalho que vamos ter para podermos definir o cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Essa é a sugestão do José Luiz Nakama no que diz respeito à Comissão Intersecretarial, quero sugerir que seja paritária. Envolver a Câmara de Vereadores e também representantes do sistema de transporte. Ficaria um ponto legal para fazer a discussão.

Rapidamente só para finalizar, tem a palavra o Ladeildo Santos da Costa, Coordenador do Transporte Escolar Gratuito, TEG, para responder algumas questões. Em função do tempo, bem objetivo, por gentileza.

O SR. LADEILDO SANTOS DA COSTA – Quero falar para vocês que acho louvável a reivindicação de cada um que aqui está. Quero passar para vocês que o Malafaia, Presidente da UGTESP, nos trouxe uma minuta para tentarmos um decreto lei, um PL, para tramitar aqui na Câmara e já montamos esse PL e estamos levando ao conhecimento do Vereador Milton Leite, para que ele apresente aqui.

Hoje, estando aqui com o Deputado Abou Anni, que nos cedeu um PL que já tramita e parou porque ele saiu da Casa, e pedi para ele por esse PL como substitutivo do PL que já está em primeira votação, na Comissão aqui da Câmara.

Então creio que será bem mais rápido. Nesse PL pedimos o fechamento do CRM, pedido feito por vocês; a mudança do critério das multas que hoje é feito no fretamento, por categoria: leve, média, grave e gravíssima, que é o “A”, “B”, “C” e “D”, que consta ali. Fizemos um estudo, eu e uma Advogada que está à frente do DTE, no DTP, e estou esperando a oportunidade de apresentar para o Vereador Milton Leite, para que seja apresentado aqui na Câmara, para sair do papel. Por ser reivindicação acho muito louvável esse PL.

E por esse PL entrar como substitutivo creio que será bem mais rápido. E estamos no DTP para atender cada um de vocês da melhor forma. Hoje temos esse credenciamento e temos de segui-lo à risca. E tomara que o próximo venha bem mais explicativo e menos doloroso para todos.

Agradeço por estar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Ok. Antes de encerrar, foi feita essa pergunta, mas não vi resposta para ela ainda: qual o prazo que seria razoável? Só para passarmos para todos aqui, saiu esse encaminhamento, tem esse prazo, dentro de 15, 20 dias será possível dar um retorno para tudo isso.

Fátima, você pode falar sobre isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Não. Acho que é bom ter essa resposta, nobre Vereador, até para termos base para o futuro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – 15, 20 dias. Então, por isso. 15, 20 dias é um prazo... Pode pegar o microfone para falar, só para responder, porque foi algo que pediram muito.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO – Acho que é um prazo razoável para

algumas questões, têm umas que vão demorar mais...

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sim. Ainda que não sejam todas.

A SRA. FÁTIMA CRISTINA ABRÃO - ...mais tempo de estudo até. Têm coisas que estão além do nível operacional e precisamos tratar isso internamente. Mas acho que dá para combinar esse prazo de 15, 20 para as coisas que sejam mais simples de resolver ou responder imediatamente. Algumas coisas demandam um tempo maior.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Então vamos sugerir o seguinte, entre 15, 20 dias virá esse retorno aqui. Vou combinar aqui com o Vereador Vespoli, vou estender o convite aos Vereadores da douta Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, que possamos fazer uma reunião com o Secretário de Educação Bruno Caetano, para podermos entender um pouco melhor e saber qual o pensamento dele para o Sistema de Transporte Escolar Gratuito, TEG. Ok? Combinado assim.

Em função do tempo temos de entregar o espaço aqui. Quero fazer um agradecimento a todos que participaram. Agradecer os representantes do Governo. Agradecer a todos vocês, Vereador Abou Anni, que também participou aqui.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrados os nossos trabalhos.